



Capítulo 8

Rumo a políticas que favoreçam estratégias de desenvolvimento multissetoriais e de base local em África

A adoção de abordagens de base local ajudará os decisores políticos a articular as políticas setoriais de forma mais eficaz para acelerar a transformação estrutural. O presente capítulo propõe uma metodologia em sete etapas para a elaboração de estratégias de desenvolvimento, sublinhando quatro áreas prioritárias de melhoria: a criação de políticas informadas por meio de melhores estatísticas; a definição de prioridades estratégicas integradas por meio de estudos territoriais de prospeção; a construção de capacidades em vários níveis governamentais; e a mobilização de financiamento adequado para o desenvolvimento económico territorial quer a nível local quer a nível nacional.



Resumo

Dados os efeitos limitados das políticas específicas de desenvolvimento territorial e de inclusão espacial em África até ao momento, todos os níveis do governo devem adotar novas abordagens, de médio e longo prazo. O continente vê-se confrontado com problemas demográficos e territoriais, que são de natureza diversa e se acentuam, o que impõe que as pessoas e os lugares estejam no centro das estratégias de desenvolvimento, onde se articulam as políticas setoriais. Estas estratégias de base local deveriam olhar mais de perto para os níveis subnacional e transfronteiriço, pois é lá que se encontram as potencialidades económicas e territoriais ainda inexploradas em África; devem também ser elaboradas e postas em prática com a participação dos atores económicos e sociais destes territórios, que são os mais bem posicionados para identificar e ativar os recursos locais. As estratégias de desenvolvimento serão forçosamente específicas de cada país e deverão combinar diferentes abordagens, em função dos respetivos desafios económicos, demográficos e territoriais. No entanto, para a quase totalidade dos países, o financiamento do desenvolvimento territorial implica dobrar os esforços para a mobilização dos recursos internos a nível nacional e o melhoramento da legitimidade orçamental a nível local.

É preciso redefinir o processo estratégico para promover o desenvolvimento territorial e a inclusão espacial

A natureza e a magnitude do desafio que a transformação estrutural africana representa não pedem somente políticas espaciais específicas: também as estratégias de desenvolvimento territorial devem ser repensadas. É necessária uma abordagem mais global em todos os níveis de governo para desbloquear as potencialidades dos inúmeros territórios por que cada país é constituído.

Uma estratégia de desenvolvimento é um bem público, que requer, portanto, um apoio público. Tem “como objetivo fundamental o desenvolvimento, a transformação da sociedade” (Stiglitz, 1998). Vai além do aspeto económico para ligar o processo decisório político à **visão** do futuro partilhada pelas partes interessadas e pelas populações. Envolve um processo de definição de **prioridades** a partir desta visão. Contrariamente à planificação indicativa, uma estratégia de desenvolvimento não procura encaixar a realidade nesta visão, mas sim guiar a reflexão e os investimentos de mais longo prazo num contexto incerto (*ibid.*).

As estratégias de desenvolvimento devem ser mais do que um conjunto de políticas setoriais: o presente relatório defende que devem constituir um quadro geral que permita conciliar políticas setoriais, políticas macroeconómicas e políticas de base local.

Na verdade, o Capítulo 7 mostrou que as políticas territoriais postas em prática nos países africanos produziram tendencialmente ações pouco coordenadas e visaram locais específicos em separado. As políticas territoriais são as mais comumente concebidas e lançadas pelos governos centrais, servindo-se de recursos centrais, por vezes, em benefício de certos grupos. Por conseguinte, não permitem explorar plenamente as potencialidades de um país, visto que negligenciam os locais que aparentam oferecer poucas perspetivas económicas ou cujas potencialidades estão veladas por interesses organizados. Ainda que estas políticas se tornassem mais eficazes, dispendo de mais recursos e capacidades, não seriam suficientes para remediar as consequências das assimetrias territoriais herdadas do passado, nem para acelerar a transformação estrutural das economias africanas. As cidades encontram-se em plena expansão e as zonas rurais continuam a crescer e a mudar rapidamente. No entanto, uma grande



parte das potencialidades que poderiam oferecer oportunidades económicas e sociais indispensáveis às novas gerações mantém-se bloqueada nos territórios, fora do horizonte dos governos centrais.

A presente secção sublinha que é necessário rever as abordagens clássicas do desenvolvimento territorial nos países africanos e, em seguida, propõe ações concretas para a elaboração de estratégias de desenvolvimento sensíveis à dimensão territorial.

As abordagens participativas e de base local podem desbloquear as potencialidades dos territórios

As oportunidades de crescimento económico em territórios africanos passam despercebidas demasiadas vezes, nomeadamente devido ao facto de as políticas públicas se manterem muitas vezes centradas nas rendas económicas externas, tais como as receitas de exportação de matérias-primas ou a ajuda internacional (ver Capítulo 6), mas também devido a um certo número de “ângulos mortos” que impedem os decisores de aproveitar plenamente as dinâmicas territoriais nos seus países (ver Capítulo 7). As potencialidades dos territórios não são, assim, suficientemente exploradas para dinamizar o crescimento económico nacional, o que poderia ser feito por meio da mobilização de recursos locais específicos e da atração de novos investimentos diretos estrangeiros.

Podem encontrar-se exemplos de desenvolvimento territorial bem-sucedido em vários estados de desenvolvimento (ver as Caixas 8.1 sobre a China, 8.2 sobre os países da OCDE e 8.5 sobre o Brasil). Citando o Banco Mundial (1997), Stiglitz (1998) sublinha “um indicador da elaboração bem conseguida de uma estratégia na China: se as diferentes províncias chinesas fossem consideradas entidades estatísticas distintas, as 20 economias que registaram o maior crescimento do mundo entre 1978 e 1995 teriam sido todas chinesas“. Esta situação contrasta profundamente com a de África, onde o desenvolvimento se mantém largamente concentrado nas grandes cidades costeiras (ver Capítulo 6).

Caixa 8.1. Estratégia e desenvolvimento territorial na China

A China definiu várias estratégias de desenvolvimento territorial que a ajudaram a gerir a respetiva transição demográfica e a reforçar os laços entre as áreas urbanas e rurais, acelerando, assim, a sua transformação estrutural.

Os inúmeros planos de desenvolvimento territorial da China estão longe de se limitar às zonas económicas especiais (ZEE) bem conhecidas. No final da década de 1970, o Conselho de Estado chinês criou, a título experimental, ZEE em quatro cidades do sul do país, longe da capital. Em 2008, após quatro vagas sucessivas de subvenções, 92% dos municípios chineses contavam com uma zona económica especial. As primeiras ZEE permitiram incrementos na produtividade e um aumento dos salários locais, havendo paralelamente uma subida moderada do custo de vida, mas quase nenhum impacto no preço das habitações. No entanto, as ZEE estabelecidas mais tarde revelaram tendência a distorcer as escolhas de localização dos investimentos diretos estrangeiros e resultaram numa progressão salarial mais fraca. A China encorajou a implantação de ZEE na Argélia, no Egito, na Etiópia, nas Maurícias, na Nigéria e na Zâmbia, com mais ou menos sucesso (Bräutigam e Tang, 2014; ver Capítulo 7).

**Caixa 8.1. Estratégia e desenvolvimento territorial na China (cont.)**

Desde 1999, as autoridades nacionais chinesas lançaram três estratégias de desenvolvimento para impulsionar as economias territoriais: o desenvolvimento do Oeste da China, o plano de re dinamização do Nordeste e o plano de crescimento da China central. Em 2008, a Comissão nacional para o desenvolvimento e a reforma criou um catálogo de setores encorajados para o investimento estrangeiro no centro e no Oeste da China. Este catálogo define incentivos específicos, nomeadamente de natureza fiscal e fundiária, destinados a favorecer o investimento em indústrias de certas províncias, a fim de tornar as vantagens competitivas locais mais atrativas e permitir avanços tecnológicos nos setores-alvo. Contudo, colocam-se questões a propósito da transparência, do ambiente empresarial e da capacidade dos territórios atraírem o investimento estrangeiro (Huang, Joie e Sullivan, 2010).

Em 2011, o décimo-segundo plano quinquenal da China visava reequilibrar o crescimento e o consumo das zonas costeiras para o interior. Este plano prevê uma rede que ligue as áreas urbanas a diversos territórios, graças a corredores de desenvolvimento. A abordagem em vários níveis sobre a qual assenta consiste na promoção do desenvolvimento local nas cidades, na reconexão destas com as respetivas regiões do interior e na certeza de conectividade entre as diferentes províncias (Congresso Nacional do Povo Chinês, 2011).

As lições tiradas do desenvolvimento territorial em vários países (Caixa 8.2) suscitaram o aparecimento de novos modelos que podem ser úteis para colmatar as falhas das anteriores políticas territoriais em África (Tabela 8.1). A abordagem tradicional, uma intervenção descendente e com base em subvenções para atenuar temporariamente as desigualdades territoriais, tem de dar lugar a um conjunto mais lato de políticas destinadas a aumentar a competitividade dos territórios e a mobilizar os recursos inexplorados. Em vez de pressupor que os territórios estão todos destinados a seguir um mesmo caminho de crescimento, esta nova abordagem considera que todos dispõem de recursos que podem mobilizar, embora sejam de natureza e escalas diferentes, para tomar parte no desenvolvimento do país. Não se trata de construir “catedrais no deserto” efetuando grandes investimentos definidos de modo exógeno, mas sim de incitar os atores locais e externos privados a maximizar o uso dos recursos territoriais e a sua atratividade. Este novo paradigma do desenvolvimento territorial apresenta, assim, as seguintes características:

- uma estratégia multidimensional de longo prazo, abrangendo um grande leque de fatores que influenciam diretamente e indiretamente o desempenho das empresas locais, bem como os atores económicos interessados
- a prioridade aos recursos endógenos, nomeadamente para atrair e mobilizar os investimentos exógenos
- a concentração de esforços nas oportunidades mais do que nas desvantagens
- uma abordagem participativa em vários níveis, que envolva a administração nacional, territorial e local, assim como outras partes interessadas, tendo o Estado um papel federador.

Tabela 8.1. O antigo e o novo paradigma da política territorial

	Antigo paradigma	Novo paradigma
Objetivos	Compensar provisoriamente as desvantagens relacionadas com a situação geográfica dos territórios desfavorecidos	Explorar as potencialidades territoriais subaproveitadas, melhorar a competitividade dos territórios
Estratégias	Abordagem setorial	Projetos de desenvolvimento integrado
Ferramentas	Subvenções e ajudas do Estado	Combinação de capital imaterial e material (stock de capital, mercado de trabalho, ambiente empresarial, capital social e redes)
Atores	Governo central	Diversos níveis de governo

Fonte: com base em OCDE (2009a).



Caixa 8.2. Lições tiradas da política de desenvolvimento territorial nos países da OCDE

A OCDE encara a política de desenvolvimento territorial como um meio de promover o crescimento económico sem comprometer a inclusão social nem a viabilidade ambiental no longo prazo. Desde a década de 1990, as revisões da política territorial levadas a cabo pela OCDE oferecem lições fundamentais com base nos dados dos países membros:

- Existem oportunidades de crescimento em todo o lado. Embora os centros urbanos densamente povoados apresentem normalmente uma produtividade e um produto interno bruto (PIB) *per capita* mais elevados, certas zonas rurais registam uma expansão mais forte (OCDE, 2009b).
- Os fatores que impulsionam o crescimento territorial têm tendência a reforçar-se mutuamente. Por exemplo, a melhoria das infraestruturas pode ser benéfica para o crescimento quando associada à acumulação de capital humano e à inovação ao nível dos territórios (OCDE, 2009b). As abordagens multissetoriais são essenciais ao desenvolvimento territorial.
- Um quadro bem definido para a política territorial pode permitir alcançar numerosos objetivos, reduzir o número de soluções de compromisso e identificar complementaridades entre as intervenções. Para obter efeitos multissetoriais, as políticas territoriais têm imperativamente de (i) ter em conta os recursos de um determinado local aquando da elaboração de estratégias e (ii) coordenar as diferentes intervenções setoriais respeitantes a esse local (OCDE, 2011).
- Pode dar-se o caso de as políticas territoriais serem mais propícias à identificação de complementaridades entre as intervenções, visto que, de um modo geral, os seus esforços são mais visíveis a nível local. A produção nacional pode ser maximizada explorando as potencialidades subaproveitadas e privilegiando mais os recursos endógenos do que os investimentos e as transferências exógenas (OCDE, 2009b).
- Os decisores políticos deveriam determinar o local apropriado para as intervenções, que não têm forçosamente de corresponder às fronteiras administrativas. Por exemplo, o perímetro dos serviços de saúde poderia não coincidir com o da educação. Em vez de acrescentar mais níveis de governo, deve dar-se prioridade à produção de dados, de ferramentas e de instituições que favoreçam a coordenação vertical e horizontal em diferentes escalas (OCDE, 2014a).

São vários os motivos para a mudança de paradigma. Três, em especial, merecem ser destacados. O primeiro diz respeito às assimetrias de informação entre diferentes atores nacionais e locais, que tornam necessária a criação de oportunidades e de incentivos para que tais atores sejam envolvidos nos diferentes níveis das estruturas governamentais. O segundo refere-se à natureza dos produtos que, devido ao desenvolvimento territorial assimétrico do continente (ver Capítulo 6), podem representar recursos ainda inexplorados para o desenvolvimento. Muitas vezes, estes recursos são específicos de um dado território, como o património cultural, a paisagem e os recursos humanos rurais, etc., e podem ser “ativados” ao serem explorados e lhes ser atribuído um valor de mercado (Caixa 8.3). O terceiro motivo é o facto de as influências cruzadas (*trade-offs*) e as complementaridades entre investimentos públicos só poderem ser determinadas em função dos locais onde estes são efetuados.

**Caixa 8.3. O desenvolvimento territorial e a ativação de “recursos específicos”**

Os **recursos genéricos**, tais como a mão-de-obra não qualificada e as matérias-primas, não dependem das particularidades do local onde se situam. Porém, para que permitam a promoção de um desenvolvimento integrado, é com frequência necessário criar conexões a montante e a jusante com a economia local e os territórios vizinhos¹. Assim, no setor da extração de diamantes, o Botswana, grande produtor mundial, fez uso do seu poder de negociação para promover conexões a jusante. Criou juntamente com o líder do mercado, o grupo De Beers, uma *joint venture* de partes iguais para exercer um controlo sobre a oferta, enviando um certo volume às empresas locais de corte e polimento. Esta *joint venture* cria emprego definindo objetivos para a formação dos trabalhadores locais. Estão previstas sanções em caso de desempenho insuficiente, para que os incentivos para a De Beers correspondam aos interesses nacionais (BAD et al., 2013).

Os **recursos específicos**, por seu lado, provêm das particularidades de um local e devem ser ativados graças às estratégias comuns dos atores locais. Dependem das condições económicas, sociais e institucionais do local onde são produzidas. Antes de poderem ser ativados, é necessário avaliá-los e contabilizá-los, algo difícil, nomeadamente porque não se sabe ao certo, na maior parte dos países africanos, como é que os territórios são usados e porque as estatísticas são muitas vezes sumárias ou assentes em estudos territoriais pouco abrangentes (Kiregyera, 2013). Um meio para “ativar” os recursos específicos consiste no uso e no desenvolvimento de denominações de origem para os produtos. É o caso, por exemplo, dos figos secos de Béni Maouche, na Argélia, e de Béni Khedache, na Tunísia (Tabela 8.2)². Estes produtos podem, em seguida, servir para desenvolver outros bens locais e para diversificar as economias territoriais, por exemplo, através do turismo (Campagne e Pecqueur, 2014).

Tabela 8.2. Exemplos de recursos específicos ativados graças à participação dos atores locais

Recursos específicos locais	País	Efeito sobre o desenvolvimento
Figos secos de Béni Maouche Pimenta de Ighil Ali	Argélia	Aumentos de produtividade, valor acrescentado, subida do rendimento
Pimenta branca (IGP) de Penja	Camarões	Incremento da margem de lucro, subida do rendimento, proteção do produto
Figos secos e tecelagem de Béni Khedache	Tunísia	Comercialização e valorização do produto, subida do rendimento
Vestuário de qualidade	Madagáscar	Criação maciça de emprego, industrialização, subida das exportações
Património natural e cultural do Parque Regional W	Benim, Burkina Faso, Níger, Nigéria	Ecoturismo, turismo cultural, plantação de árvores de espécies locais, fabrico de produtos a partir de recursos naturais
Paisagens de Tadmra-Azizal	Marrocos	Ecoturismo, criação de emprego como guias turísticos locais

Nota: [i] IGP significa *Indication Géographique Protégée*.

Fonte: AFD/CIRAD (2014); Campagne e Pecqueur (2014); Fukunishi e Ramiarison (2012); CSAO/OCDE (2005).

A formulação de estratégias de desenvolvimento territorial em sete etapas

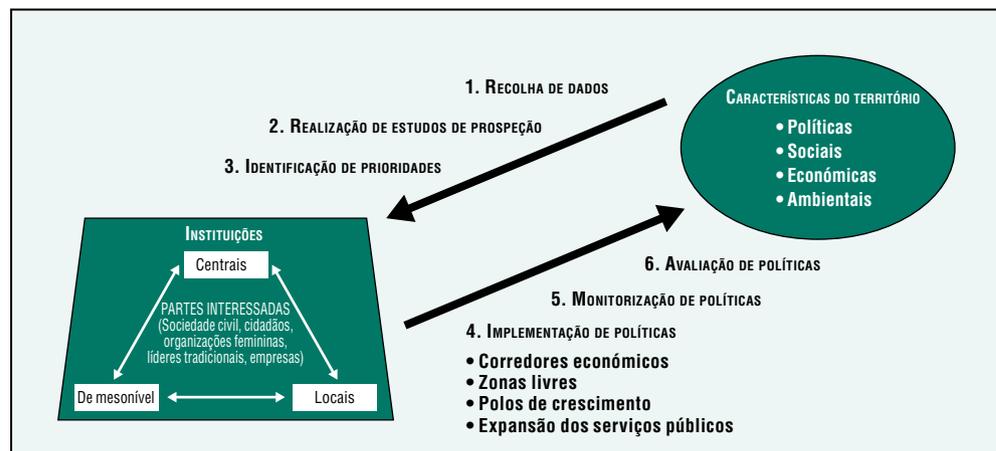
Sete etapas principais podem guiar a formulação de estratégias de desenvolvimento territorial. A Figura 8.1 propõe um método multidimensional e participativo para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a ativação dos recursos locais:

- Os atores e as instituições tradicionais recolhem dados fiáveis, incluindo estatísticas, para que se possa conhecer o melhor possível o território em questão. No entanto, a falta de dados não deve impedir a continuação do processo.



- São estabelecidos cenários relativos ao futuro do território graças a estudos de prospeção e a processos participativos, tendo em conta as incertezas relacionadas com os dados em falta (ver abaixo). É assim definida uma visão do futuro do país, de acordo com as potencialidades e as oportunidades à escala local.
- Com base nestes cenários e nas condições económicas, demográficas e espaciais que estes incluem, os atores e o Estado determinam prioridades integradas e enunciam as políticas plurianuais destinadas a concretizá-las. Estas prioridades são as que melhor contribuem para as estratégias de desenvolvimento de longo prazo no país.
- Os vários níveis de governo, a sociedade civil e as instituições tradicionais implementam estas políticas, sobretudo visto participarem na conceção dos cenários, na definição das prioridades e nas etapas de elaboração das políticas. Coordenam as suas ações e recorrem a freios e contrapesos formais e informais para garantir transparência (ver Caixa 8.6).
- A aplicação das políticas é acompanhada de acordo com as grandes prioridades. Graças a um quadro de incentivos predefinido, os diversos níveis de governo encarregados da aplicação são recompensados ou sancionados conforme atinjam ou não os seus objetivos específicos.
- Os efeitos das políticas desenvolvidas são avaliados de modo a permitir aos vários níveis de governo solucionar ineficiências, adaptar os planos plurianuais e, na ausência de resultados satisfatórios, rever e redefinir a sua visão e as suas prioridades.
- As receitas fiscais são usadas para apoiar a estratégia no seu conjunto (esta etapa não figura na figura abaixo mencionada).

Figura 8.1. Um processo estratégico para o desenvolvimento territorial



A respeito destas sete etapas, é preciso chamar especial atenção para as quatro seguintes: a elaboração de políticas esclarecidas apoiadas em estatísticas melhores, a definição de prioridades estratégicas integradas com base em estudos territoriais de prospeção, o reforço das capacidades nos diversos níveis de governo e a mobilização de mais recursos para financiar a governação em vários níveis.



Melhores dados permitem instaurar mecanismos para esclarecer a conceção e a aplicação das políticas públicas

A implementação de mecanismos para definir e desenvolver políticas mais bem pensadas ajudará os decisores políticos a compreender as especificidades dos territórios e tomar decisões oportunas à medida que as necessidades evoluem no seu perímetro de ação. Uma cultura da elaboração de políticas que se apoia em dados factuais facilita também a definição de objetivos e o acompanhamento dos progressos do desempenho no setor público. O programa do desenvolvimento para o pós-2015 enfatiza a necessidade de recolha de mais dados pertinentes no plano nacional. O Objetivo 17, em particular, enuncia um percurso ambicioso para os países menos desenvolvidos e os pequenos estados insulares em desenvolvimento, a fim de aumentar os dados de grande qualidade disponíveis, atualizados e fiáveis, ao nível nacional, até 2020. Até 2030, os países em desenvolvimento pretendem recolher as suas próprias estatísticas relativas ao desenvolvimento sustentável, nomeadamente dados desagregados e georreferenciados (PARIS21, 2015). Não obstante esforços significativos para melhorar as capacidades estatísticas, a formulação de estratégias de desenvolvimento territorial requer dados subnacionais de melhor qualidade, o que passa por (i) uma maior coordenação entre gabinetes estatísticos e ministérios³, (ii) a adoção de métodos inovadores e de uma boa relação custo-eficácia para a recolha e o tratamento dos dados, (iii) uma maior partilha de estatísticas e outras informações entre atores, (iv) melhores informações sobre a competitividade económica e a qualidade de vida nos diferentes territórios (v) a combinação das estatísticas oficiais com outras fontes de informação (Caixa 8.4). Permitir aos cidadãos aceder às estatísticas oficiais pode favorecer um debate democrático sobre as políticas públicas e aumentar a responsabilização⁴.

Caixa 8.4. O que é uma área urbana funcional?

“A OCDE desenvolveu, em colaboração com a Comissão Europeia e o Eurostat, um método que permite definir as áreas urbanas enquanto áreas económicas funcionais de modo uniforme de um país para outro. [...] O método divide-se em três grandes etapas:

- Delimitação dos centros urbanos contíguos densamente povoados. [...] Para começar, usam-se os dados populacionais em grelha a 1 km² para definir os centros urbanos, não considerando as fronteiras administrativas. Um centro urbano é formado por municípios contíguos onde mais de 50% da população vive em áreas “de alta densidade”. Este aproveitamento dos dados populacionais em grelha para a delimitação dos centros urbanos compensa o facto de as unidades administrativas tradicionais terem dimensões desiguais e muito variáveis no seio de um mesmo país e de um país para outro.
- Determinação dos centros urbanos interdependentes que pertencem à mesma área funcional. [...] Considera-se que dois centros fazem parte da mesma área urbana funcional policêntrica quando mais de 15% dos habitantes de um desses centros se deslocam para o outro para trabalhar. Em países onde as distâncias casa-trabalho se alongam constantemente, desenvolvem-se grandes áreas urbanas de modo policêntrico, albergando centros muito densamente povoados que são fisicamente distintos, mas economicamente integrados.
- Definição da periferia ou zona de influência da área urbana funcional, ligada aos centros urbanos pelas deslocações casa-trabalho. [...] Todos os municípios em que pelo menos 15% dos habitantes empregados trabalhem num centro urbano são considerados parte da mesma área urbana funcional. [...]



Caixa 8.4. O que é uma área urbana funcional? (cont.)

Este método apresenta vantagens evidentes em relação à determinação das áreas urbanas com base nas fronteiras administrativas:

- Tem em conta a zona de influência socioeconómica de uma cidade. [...]
- [...] todos os sistemas urbanos nacionais com pelo menos 50 000 habitantes são recenseados, o que permite analisar áreas urbanas de diferentes dimensões, incluindo pequenas e médias.
- Permite evidenciar áreas urbanas policêntricas e, assim, ilustrar melhor a organização económica e geográfica das áreas urbanas e as conexões entre elas.
- Permite a análise, para cada área urbana, dos diferentes padrões de urbanização dos centros e dos municípios circundantes (a “zona de influência”).
- Oferece um sólido alicerce analítico para examinar os desafios em matéria de governação e do desenvolvimento económico nas áreas urbanas funcionais.” (OCDE, 2013a)

Em África, o estudo Africapolis adota uma abordagem geostatística que cruza dados estatísticos populacionais disponíveis em 16 países da África Ocidental com imagens e mapas georreferenciados que permitem identificar os limites da extensão dos aglomerados. A metodologia conta com sete etapas:

1) localização da população, 2) acesso às imagens de satélite ou mapas topográficos, 3) captação de polígonos correspondentes às áreas construídas consideradas urbanas, 4) criação de áreas tampão de 100 metros de espessura, 5) montagem dos blocos, 6) limpeza dos contornos e 7) ajuste estatístico. Entre outras vantagens, o Africapolis permite articular diferentes escalas de investigação, da global à microlocal; verificar cada progresso nos resultados; uma compatibilidade com todos os sistemas GPS (Global Positioning System) e o fornecimento de dados de urbanização a territórios que deles necessitam bastante.

Fonte: OECD, 2013a; AFD et al., 2009.

A integração dos sistemas de informação geográfica no processo estatístico permite aos poderes públicos adotar mais facilmente abordagens de base local. Em inúmeros países, a análise da política territorial é habitualmente baseada nos dados recolhidos ao nível das regiões administrativas, isto é, das fronteiras organizadas pelo e no interior do Estado. Estes dados podem trazer elementos conclusivos acerca da contribuição dos diversos territórios nos desempenhos nacionais, bem como acerca da persistência de disparidades no seio de um país. Os dados relativos às **regiões administrativas** podem igualmente ajudar a compreender melhor o papel desempenhado pelas autoridades subnacionais na planificação da política e na prestação de serviços públicos.

Simultaneamente, os lugares onde a população vive, trabalha e socializa nem sempre correspondem às fronteiras administrativas: por exemplo, uma pessoa pode morar numa cidade, mas trabalhar noutra e ir visitar regularmente a família num terceiro lugar. Os territórios interagem por meio de um vasto conjunto de conexões, tais como a mobilidade profissional, os sistemas de produção ou a colaboração entre empresas, que, muitas vezes, transcendem as fronteiras administrativas regionais e territoriais. Logo, a análise deveria ter em conta a escala geográfica mais pertinente para a política em questão, quer esta reflita as fronteiras administrativas de um território ou, pelo contrário, uma zona económica ou social designada como **território funcional**. Os territórios funcionais prestam-se bem à avaliação da influência da geografia sobre a produção, o crescimento da produtividade, a organização de mercados de trabalho em meio urbano e as interações entre áreas urbanas e rurais. Tal noção permite conduzir melhor o modo como as autoridades nacionais e municipais planificam as infraestruturas, os transportes, a habitação, as escolas e os espaços culturais e de



lazer. Resumindo, os territórios funcionais podem encorajar uma mudança no modo de planificação e de aplicação das políticas, as quais são, assim, mais bem integradas e adaptadas às necessidades locais.

Podem obter-se dados territoriais e locais junto de fontes cada vez mais variadas: inquéritos, dados geocodificados, ficheiros administrativos, *big data* e dados produzidos pelos utilizadores. O leque de técnicas destinadas a integrar e a analisar estas diversas fontes também faz evoluir a oferta de dados em diferentes escalas geográficas, o que poderia aumentar consideravelmente o volume e a rapidez de comunicação das informações locais. As novas tecnologias oferecem meios fiáveis e de boa relação custo-eficácia para mapear os recursos locais que as partes interessadas locais podem usar com facilidade. Assim, as imagens de satélite de muito alta resolução espacial (VHSR), com uma resolução métrica ou inframétrica, mapeiam com precisão os territórios usados para a agricultura ou para outras atividades (Imbernon, Kabore e Dupuy, no prelo). No Burkina Faso, uma iniciativa local produziu recentemente um mapa pormenorizado, com menos de 2% de erro na estimativa das superfícies⁵. Da mesma forma, as imagens de satélite que mostram a intensidade das luzes durante a noite podem complementar as medições oficiais do rendimento ou das desigualdades (Henderson, Storeygard e Weil, 2012; Mveyange, 2015). Os *big data* (megadados) permitem também compreender e antecipar as dinâmicas locais. Por exemplo, os dados dos telemóveis servem para otimizar os itinerários dos autocarros em Abijão e podem também ser aproveitados para avaliar o impacto das intervenções públicas. No agenda pós-2015, a revolução dos dados é anunciado como um dos grandes pilares da melhoria das capacidades estatísticas públicas (Nações Unidas, 2014).

A África do Sul é um dos países mais avançados no domínio da difusão de informações socioeconómicas em modo participativo. Em 2014, o seu gabinete de estatística publicou um índice de pobreza multidimensional; no início de 2015, o observatório da cidade-região de Gauteng elaborou igualmente o seu próprio índice (ver Caixa 8.5 para uma iniciativa análoga lançada no Brasil).

Os custos de melhoramento das estatísticas dependem das necessidades e do número de habitantes de um país. Para colmatar a falta de dados nos países onde o PIB *per capita* é inferior a 2 000 USD em paridade de poder de compra seria preciso que os doadores disponibilizassem menos de 300 milhões de USD por ano, uma soma bastante modesta em relação aos orçamentos de ajuda mundial (Demombynes e Sandefur, 2014; PARIS21, 2014).

Caixa 8.5. Iniciativas de desenvolvimento multissetorial e territorial no Brasil

O Brasil exhibe vários exemplos de programas de desenvolvimento territorial, nos quais participam inúmeros níveis de governo e atores não estatais, com o objetivo de melhorar a inclusão social, lutar contra a pobreza e dar às famílias rurais acesso aos serviços básicos.

Em 1998, foi tornado público um **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. Fornece uma avaliação pormenorizada das alterações sociais, económicas e demográficas ocorridas entre os recenseamentos de 1991, 2000 e 2010 (Fundação João Pinheiro/IPEA/PNUD, 2013). Este índice está no centro das políticas de discriminação positiva territorial em vários níveis no Brasil. Estabelece o atlas do desenvolvimento humano do país, que observa a pobreza no plano subnacional. Além da sociedade civil, muitos níveis de governo fazem uso deste atlas: os municípios, para definir as suas prioridades; os funcionários dos estados e da federação, para localizar as cidades com direito a benefícios regionais; e os programas de desenvolvimento federais, que reúnem as políticas multissetoriais nas áreas com resultados mais fracos segundo o IDHM.



Caixa 8.5. Iniciativas de desenvolvimento multissetorial e territorial no Brasil (cont.)

A SUDENE (*Superintendência do desenvolvimento do Nordeste*), uma instituição administrativa regional criada em 1959, procura solucionar os problemas de base local relativos à escassez de água, bem como à falta de infraestruturas de transporte, de comunicação e de saneamento. Recorre a uma abordagem multissetorial e a uma estratégia territorial que visa a promoção de um sistema de cidades equilibrado e bem interconectado (Diniz, 2009). A SUDENE investe sobretudo nas infraestruturas, nas universidades, na agricultura e nas indústrias, e auxilia os Estados Federados do Nordeste na elaboração de planos territoriais. Esta agência conseguiu reduzir as desigualdades regionais. Embora o PIB do Nordeste tenha estagnado na década de 1950, aumentou 3.5% ao ano, em média, durante a década de 1960 e 8.7% na de 1970 (SUDENE, 2015).

O programa de transferências monetárias *Bolsa Família* inclui os beneficiários num registo único, para evitar que os programas se sobreponham. A sua abordagem descentralizada faz intervir os três níveis de governo, assim como a sociedade civil. São sobretudo áreas rurais e pequenas vilas a beneficiar do programa *Bolsa Família*, que contribui para atenuar a desigualdade da distribuição dos rendimentos por todo o país (Muller e Muller, 2014).

O programa federal *Luz Para Todos* (ver Capítulo 7) ligou 1 milhão de pessoas à rede elétrica entre 2003 e 2009, essencialmente dispensando a cobrança das taxas de instalação aos clientes. Este programa teve a sua origem no recenseamento de 2000, que revelara que, pelo menos, 2 milhões de famílias não tinham acesso à eletricidade no campo (Camargo et al., 2008). *Luz Para Todos* despertou o interesse de vários países africanos, tais como a África do Sul, Angola, os Camarões, Moçambique, a Nigéria e o Quênia.

As abordagens inovadoras permitem definir prioridades estratégicas integradas

A falta de estatísticas subnacionais na maioria dos países africanos não pode ser justificação para a inação. Mesmo dispondo de poucos dados, os estudos de prospeção (um processo participativo que elabora cenários para o futuro e determina as prioridades da política pública) podem ajudar a atualizar as oportunidades e os desafios e a formular estratégias de desenvolvimento (Alvergne, 2008, pp. 172-174). Ao envolver diferentes níveis de governo (nacional, territorial e local), bem como atores não estatais, para mapear os resultados possíveis, os estudos territoriais de prospeção podem estimular os debates acerca das trajetórias de desenvolvimento e dar lugar a soluções de base mais local.

Muitos países africanos fazem planos de longo prazo, mas raros são os que fazem uso dos estudos territoriais de prospeção e de um verdadeiro processo participativo. Segundo o inquérito de 2015 aos especialistas dos países do PEA, 27 países em 37 dispõem de estratégias de médio e longo prazo. Na sua grande maioria (70%), fazem planos de 20 anos ou mais, mas apenas 38% preveem cenários alternativos. Muitos adaptam a sua estratégia inicial à medida que a respetiva evolução se enquadra num plano de desenvolvimento mais próximo (quatro a seis anos), que coincide geralmente com o ciclo eleitoral.

A maior parte das estratégias fixa objetivos de progresso político e socioeconómico a nível nacional, sem integrar estratégias multissetoriais nem as especificidades locais. Marrocos, por exemplo, implementa estratégias de longo prazo distintas, cada uma centrada num setor particular (inquérito aos especialistas dos países do PEA, 2015). A África do Sul elaborou uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo mobilizando especialistas independentes e organizando várias consultas. No entanto, esta estratégia



assenta num único cenário, apesar de acontecimentos imprevistos poderem pô-la em causa, e a abordagem inicial era demasiado setorial para detetar problemas de integração territorial (Giordano, 2014). Não obstante, ao nível do continente, vários estudos de prospeção contribuíram de forma pertinente para a criação de cenários para o futuro de África, embora, em geral, não tenham tido repercussões nas políticas territoriais e locais (Banco Mundial, 1989; OCDE/SWAC, 1999; PNUD e African Futures Institute, 1998; Lundsgaarde, 2011; Cilliers, Hughes e Moyer, 2011). Uma vez que a sua abordagem é continental, as suas metodologias tendem a negligenciar as várias escalas geográficas que as políticas afetam de forma diferente. Finalmente, não sendo estes estudos sempre participativos, influenciam pouco o debate sobre a ação pública em África.

As capacidades devem ser reforçadas nos diversos níveis de governo e a governação a vários níveis melhorada

Na sua avaliação territorial do Brasil, a OCDE assinala que “[...] a relação entre os níveis de governo resultante da descentralização se caracteriza por uma dependência mútua, dada a impossibilidade de separar completamente as responsabilidades e os resultados da política pública de um nível para outro. Trata-se de uma relação complexa, simultaneamente vertical, entre os diferentes níveis de governo, e horizontal, no mesmo nível de governo e em rede. Os governos têm, portanto, de colmatar uma série de “lacunas” entre estes níveis, quer vertical quer horizontalmente.

Estas lacunas dizem respeito nomeadamente à capacidade fiscal das autoridades honrarem as suas obrigações, às assimetrias de informação entre os níveis de governo, aos défices de responsabilidade administrativa (as fronteiras administrativas não correspondem às zonas económicas e sociais funcionais no plano subnacional), às carências na elaboração política (quando os ministérios da tutela adotam abordagens puramente verticais para uma regulamentação trans-setorial que pode exigir uma definição conjunta da aplicação ao nível local), e, muitas vezes, uma falta de recursos humanos ou de infraestruturas, a qual prejudica a prestação de serviços e a formulação de estratégias. Os países sofrem mais ou menos com tais lacunas, porém, considerando a dependência mútua induzida pela descentralização e as dinâmicas de rede associadas à governação em vários níveis, é provável que tenham de lhes fazer face simultaneamente.

“[...] os países desenvolvem-se e usam cada vez mais um vasto leque de mecanismos para colmatar estas lacunas e tornar a elaboração das políticas a vários níveis mais coerente. Estes mecanismos podem ser “vinculativos”, tais como os mecanismos jurídicos, ou “não vinculativos”, como as plataformas de discussão, e devem ser suficientemente flexíveis para permitir políticas territorialmente específicas. A participação das autoridades subnacionais na elaboração das políticas leva tempo, mas os seus benefícios no médio e longo prazo deveriam suplantar os custos da coordenação” (OCDE, 2013e).

Mais especificamente, de um total de 41 países africanos, 10 citam a coordenação insuficiente entre os diferentes níveis de governo como uma das três principais ameaças que pesam sobre as políticas de gestão do território (inquérito aos especialistas dos países do PEA, 2015). A limitação das capacidades ao nível local e a falta de clareza na distribuição de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo levam o Estado central a intervir nas questões locais, o que restringe a autonomia local e impede uma descentralização efetiva. Sem capacidades suficientes, as autoridades locais não conseguem extrair crescimento a partir do investimento público (Garcilazo, Martins e Tompson, 2010). Em muitos países, as administrações centrais recorrem às estruturas descentralizadas principalmente para consolidar o poder dos partidos no governo,



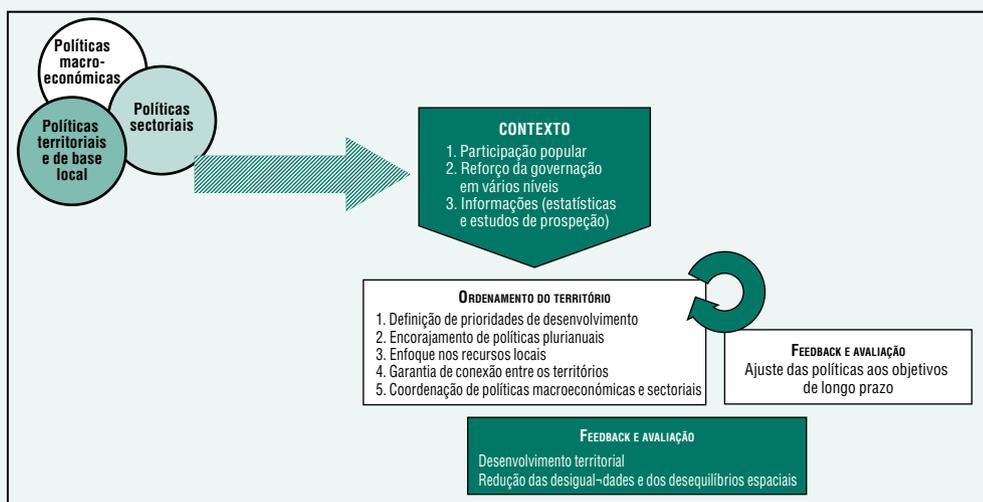
criando alianças com as elites locais (Crook, 2003; Cabral, 2011, p. 6; Koelbe e Siddle, 2012, p. 110; Paulais, 2012). É, portanto, essencial reforçar as capacidades nos vários níveis de governo se o objetivo é uma descentralização efetiva e transparente (Rodríguez-Pose, 2008).

Há diversas formas de envolver os vários níveis de governo e de reforçar a propriedade coletiva. Por exemplo, no Ruanda, o fórum de ação conjunta do desenvolvimento propõe às autoridades e aos atores locais um processo participativo para a definição dos planos de desenvolvimento dos distritos, a fixação dos orçamentos e a afetação dos recursos aos distritos. A unidade administrativa local mais pequena, a *umudugudu*, facilita o diálogo entre o governo e a população. Os presidentes de distrito empenham-se a levar a bom porto as atividades inscritas nos seus planos de desenvolvimento anuais assinando um contrato de desempenho com o presidente.

Caixa 8.6. Das estratégias de base local às políticas: o planeamento territorial no Benim

O planeamento territorial pode contribuir para a superação das limitações das políticas setoriais (ver Capítulo 7). Esse não implica a criação de novas estruturas administrativas, mas reforça a transparência para uma melhor gestão do desenvolvimento local e territorial. Um planeamento eficaz do território envolve as instituições públicas a nível supranacional, central, meso e local, com base no princípio de subsidiariedade, segundo o qual o nível central só deveria assumir as funções que os níveis inferiores não conseguirem desempenhar. Levando em consideração as dimensões políticas, social, económica e ambiental de um território, o planeamento territorial ajuda a formular estratégias que, em vez de substituírem as políticas setoriais, se baseiam nas conexões entre elas. O processo participativo do planeamento territorial engloba todos os atores da sociedade, como os cidadãos e as associações de mulheres, os líderes tradicionais, bem como as empresas privadas e as entidades sem fins lucrativos (Matus, 1993). A participação dos cidadãos permite aos decisores políticos ter um melhor enfoque sobre as prioridades estratégicas do desenvolvimento, essencialmente por via de debates nacionais e da apropriação local. O planeamento territorial depende de forma vital da contribuição das diferentes partes interessadas, da qual depende a apropriação local e a eficácia da mobilização dos recursos locais (Diop, 2010). A Figura 8.2. pormenoriza o processo de elaboração de um plano de planeamento territorial.

Figura 8.2. Desenvolvimento de um plano territorial





Caixa 8.6. Das estratégias de base local às políticas: o planeamento territorial no Benim (cont.)

O Benim é um exemplo em termos de boa coordenação de políticas graças ao planeamento territorial. Este país desenvolveu um plano de ação ambiental entre 1993 e 2012, mas as suas políticas não tinham por base um abordagem integrada das áreas rurais e urbanas nem do desenvolvimento de infraestruturas. O povoamento das áreas rurais e urbanas foi feito de forma anárquica e a população concentrou-se no litoral. Assim, 38% da população viviam em apenas 5% da superfície do país. A Déclaration de politique nationale d'aménagement du territoire au Bénin (declaração de política nacional de ordenamento do território no Benim – DEPONAT) remediou esta situação estipulando linhas diretrizes para o ordenamento do território e para a descentralização de certas responsabilidades. Atualmente, o ordenamento do território compete aos níveis nacional e local. Esta organização contribui para a redução da pobreza, a promoção da gestão territorial dos recursos e a melhoria das infraestruturas e dos serviços. A DEPONAT conseguiu agilizar o funcionamento das administrações locais, encorajar a elaboração de planos comunais, reforçar as capacidades dos agentes comunitários e clarificar o papel dos presidentes da câmara na coordenação dos serviços descentralizados. Contudo, ainda é necessário resolver os problemas referentes à falta de recursos, à interpretação controversa dos textos legislativos que tratam da descentralização e da polarização da tomada de decisões ao nível local (Agossou et al., 2010).

É preciso mobilizar mais recursos para financiar a governação em vários níveis

Para enfrentar os desafios referidos nas secções anteriores, impõe-se um aumento significativo do financiamento das economias locais e o reforço das instituições públicas e privadas. Os governos centrais terão de contribuir com a maior parte de tal financiamento, nomeadamente otimizando a fiscalidade das atividades de extração dos recursos naturais e adotando mecanismos de financiamento inovadores. A nível local, é necessário reforçar os sistemas orçamentais de um modo geral com base nos mecanismos de transferência, no alargamento da base fiscal local e nos mercados financeiros.

Os governos centrais podem mobilizar uma grande parte do financiamento necessário

Recursos naturais ao serviço do desenvolvimento territorial

De um modo geral, os países em África taxam os recursos naturais com menos eficácia do que noutras regiões. No entanto, o nível de tributação pouco influencia as decisões de investimento das empresas multinacionais (Keen e Mansour, 2009). A subexploração também pesa sobre as receitas: um aumento de um milhão de barris na produção de petróleo na África subsaariana poderia incrementar as receitas públicas em 1% do PIB registado no continente em 2011, ou seja 12 mil milhões de USD por ano (FMI, 2012). Entre 2008 e 2010, as generosas condições concedidas aos investidores estrangeiros em África representaram uma perda anual média de 38 mil milhões de USD, isto é, um montante ligeiramente superior ao total da ajuda ao desenvolvimento recebido durante o mesmo período.

As fugas ilícitas de capitais representam em média 60.3 mil milhões de USD para o continente (ver Capítulo 2). Certas iniciativas começam a contrabalançar esta tendência. No interior da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, o número de países a propor benefícios fiscais caiu entre 2004 e 2014: de 9 a 7 para as isenções fiscais



temporárias, de 9 a 6 para as medidas de incentivo à exportação e de 9 a 5 para as deduções iniciais de amortização (OCDE, 2014a).

Finalmente, para melhor explorar as potencialidades de desenvolvimento dos recursos naturais, é preciso investir na transformação da produção. Vários países, tais como a África do Sul, o Chile, a Colômbia e o Peru, aplicam mecanismos para mobilizar as receitas provenientes dos recursos naturais em prol desta transformação produtiva (Caixa 8.7). As comunidades que acolhem atividades intensivas em recursos naturais reivindicam direitos de utilização das rendas e é difícil encontrar um acordo acerca do que deve financiar tais rendas. A criação de fundos públicos alimentados por *royalties* é uma solução, mas levanta questões complexas em termos de conceção, gestão e governação. É indispensável haver vontade política e um apoio de longo prazo para que os poderes centrais e regionais aprendam a dominar estes dispositivos de financiamento (OCDE, 2013b).

Caixa 8.7. Experiência internacional das reformas do pagamento de *royalties*: o caso da Colômbia

“Dada a contribuição substancial do setor extrativo para os recursos financeiros públicos nas economias petrolíferas e mineiras, a capacidade do Estado cobrar *royalties* e impostos, assim como de gerar e gerir receitas voláteis, é cada vez mais debatida. Em período de encarecimento das matérias-primas, como ao longo da última década, a população dos países produtores tem tendência a seguir de perto estas atividades, fazendo geralmente apelo a um equilíbrio justo entre a necessidade de que a população seja beneficiada pelos efeitos positivos, de que a partilha dos riscos seja efectuada e de que compensação dos investidores seja garantida. Inúmeros países produtores implementaram recentemente ou anunciaram a sua intenção de aplicar reformas no respetivo sistema fiscal/de *royalties* ou nos mecanismos de coleta, com o objetivo de fazer face à evolução das condições de mercado. [...] Em julho de 2012, a Austrália introduziu um novo imposto sobre as rendas mineiras, alargou a base do imposto sobre as rendas provenientes dos recursos petrolíferos e lançou um certo número de iniciativas a fim de propagar por toda a economia os efeitos benéficos do crescimento mineiro exponencial e a ajudar as empresas a adaptar-se às transformações em curso (OCDE, 2012). [...] No Chile, em 2011, o governo autorizou a criação de um fundo territorial de investimento e de reestruturação (FIRR). Hoje, este fundo aloca 100 milhões de USD por ano, num período de quatro anos, nas zonas mineiras do país, para financiar projetos de desenvolvimento dos municípios e das autoridades territoriais. O governo nacional está também a negociar um novo fundo (Fondenor), que será centrado nas cidades e zonas mineiras.”

A Colômbia constitui outro exemplo ilustrativo. “A administração nacional repensou por completo a alocação dos *royalties* em 2011. O novo quadro de ação assenta numa reforma constitucional e num corpo legislativo e regulamentar. O fundo nacional de *royalties* foi substituído por um sistema geral de *royalties* (SGR), que recolhe e gere todos os pagamentos de *royalties*. Desde 2012, o SGR distribui as receitas entre seis fundos principais.

- O SGR aloca 10% das receitas bianuais ao fundo territorial de poupança-reforma (FONPET), que é gerido pelo ministério das Finanças e cobre as pensões de reforma dos funcionários territoriais.
- O SGR aloca até 30% ao fundo subnacional de poupança e estabilização (administrado pelo banco central da Colômbia). Em 2012, este fundo absorveu 25% do total das receitas. Ao longo dos próximos anos esta proporção será regularmente aumentada pela metade das receitas suplementares esperadas provenientes dos *royalties*.



Caixa 8.7. Experiência internacional das reformas do pagamento de royalties: o caso da Colômbia (cont.)

- O SGR aloca 10% das receitas ao fundo cuja finalidade é a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação (STI). Este fundo visa a promoção de STI por meio do acompanhamento de projetos que contribuem para a produção, o uso e a apropriação do conhecimento, nomeadamente nas áreas de biotecnologia e de tecnologias da informação. Este fundo STI é gerido pela Colciencias (a agência administrativa para a ciência, a tecnologia e a inovação na Colômbia). As universidades de diferentes regiões tomam parte no processo de seleção. Os financiamentos STI são alocados aos departamentos em proporção com os do fundo de compensação territorial (RCF) e do fundo de desenvolvimento territorial (RDF) (ver abaixo).
- Os pagamentos diretos de royalties são reservados aos departamentos e aos municípios (incluindo os que participam na logística destes recursos). Em 2012, o fundo STI totalizou 25% das receitas totais de royalties. Esta percentagem devia ser reduzida progressivamente, 17.5% em 2013 e 12.5% em 2014, e será estabilizada nos 10% entre 2015 e 2020. A diferença entre 2012 e 2014 será afetada ao RCF e ao RDF.
- Uma vez que o RCF esteja plenamente operacional, receberá 24% dos royalties depois de 2015 e investirá em projetos locais de infraestruturas e de desenvolvimento económico nos territórios e nos municípios mais pobres. Vai financiar os departamentos e os municípios em função da respetiva taxa de pobreza e segundo um índice de necessidades básicas não satisfeitas⁶. O RCF atribui 60% aos departamentos e 40% aos municípios (75% aos municípios mais pobres do país e 25% aos mais pequenos). Este fundo manter-se-á ativo durante 30 anos. A sua dotação será, em seguida, transferida para o RDF.
- O RDF receberá 16% das receitas provenientes de royalties depois de 2015. Tem como objetivo promover a competitividade territorial, assim como o desenvolvimento social, económico, institucional e ambiental, financiando projetos de investimento que exerçam um impacto sobre vastos territórios. A alocação assenta numa ponderação: 60% para as características demográficas e 40% para a taxa de pobreza. Este fundo está ativo por um período indeterminado.

A reforma introduziu duas grandes inovações. Em primeiro lugar, todos os departamentos e a grande maioria dos municípios da Colômbia têm agora acesso às receitas dos royalties, seja qual for o seu grau de especialização nas atividades extrativas. Em segundo lugar, os fundos não estão reservados aos níveis subnacionais. [...] Os departamentos e os municípios escolhidos podem decidir como investir os recursos extras em função das suas necessidades, das suas prioridades estratégicas e dos seus programas.”

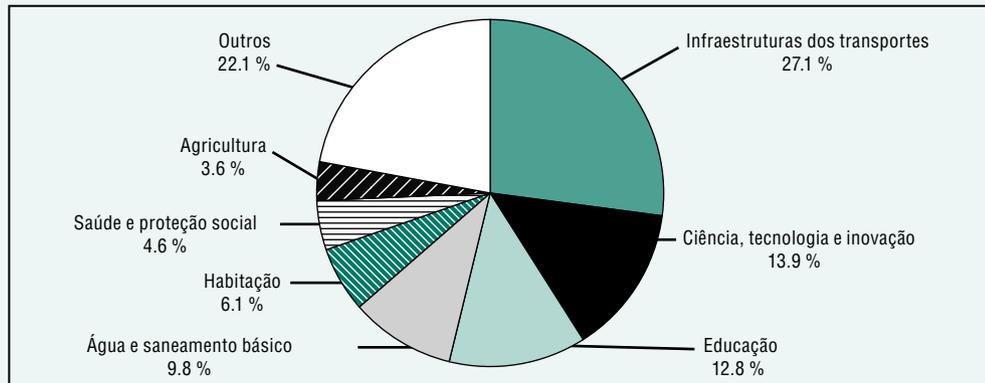
O SGR foi criado em setembro de 2013. Em quatro meses, “gerou um investimento total de 5.2 mil milhões de USD. Os governos subnacionais investiram as receitas provenientes dos royalties em quatro domínios principais: [...] as ligações rodoviárias, incluindo as redes principal e secundária” (cerca de 27%), a investigação e o desenvolvimento (14%), a educação (13%) e a purificação da água (10%; Figura 8.3). “[...] O investimento destinado a melhorar as conexões rodoviárias e o capital humano permite também promover a competitividade nos setores extrativos.”



Caixa 8.7. Experiência internacional das reformas do pagamento de royalties: o caso da Colômbia (cont.)

Figura 8.3. Proporção de pagamentos de royalties dos recursos naturais por setor

Projetos de investimentos aprovados entre 2012 e setembro de 2013



Fonte: Département national de la planification de Colombie (2013).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228679>

“O SGR serve exclusivamente para apoiar o investimento”, isto é, construir ou manter infraestruturas como escolas ou hospitais. “Os governos subnacionais não podem usar as receitas suplementares geradas por royalties para financiar os custos de funcionamento”, tais como salários dos médicos, dos enfermeiros e dos professores. “É preciso haver negociação, e um acordo formal, entre os governos subnacionais e o ministério” para que os custos de funcionamento sejam contemplados.

Fonte: OCDE, 2014b.

Um financiamento inovador para o desenvolvimento territorial

Muitos países africanos podem recorrer a novos mecanismos de financiamento, por exemplo por meio de fundos provenientes de países emergentes, de remessas dos emigrantes e de emissões obrigacionistas da diáspora. O Capítulo 2 dá outros exemplos para ilustrar a capacidade crescente de África encontrar novos mecanismos de financiamento.

Financiamento proveniente de países emergentes. A “deslocação da riqueza” permite imaginar novos mecanismos e novas fontes de financiamento para os investimentos locais (OCDE, 2010). A África do Sul tornou-se no principal investidor do continente (ver Capítulo 2). Entre 2009 e 2014, a China investiu em África cerca de 11.7 mil milhões de USD em 129 novos projetos, criando aproximadamente 48 000 postos de trabalho (fDi Markets, 2014). Os investimentos chineses centravam-se nas infraestruturas com o objetivo de responder à procura energética e de recursos naturais, muitas vezes através de empréstimos garantidos pelo fornecimento de matérias-primas. Os governos das províncias chinesas também têm a capacidade e os recursos necessários para cooperar diretamente com as comunidades locais africanas por meio de 73 acordos com 28 países relativos à ajuda descentralizada (Lévy, Gaborit e Rotteleur, 2008).

Os **fundos soberanos** também podem contribuir mais para o financiamento dos investimentos de longo prazo necessários em África. Um investimento de apenas 1% dos ativos destes fundos, que perfazem mais de 5000 mil milhões de USD (Hurst, 2014), pode compensar metade das lacunas infraestruturais africanas ao longo da década de 2010-2020 (Turkish, 2011). O compromisso no longo prazo dos fundos soberanos permite investir em ativos imobilizados ou de maturidade muito longa, dificilmente acessíveis



a outros investidores institucionais, tais como os fundos do setor privado. Além disso, visto que não são financiados pela dívida, os fundos soberanos impõem menos restrições à sua fuga. Por conseguinte, podem contribuir para atenuar a volatilidade dos fluxos de investimentos. A crise financeira de 2008 levou os fundos soberanos a diversificar a sua carteira com investimentos privados, especialmente nas áreas de indústria e de infraestruturas. Cabe agora aos países africanos criar ambientes propícios ao investimento e maximizar os benefícios para as economias locais (Paulais, 2002). Os governos africanos deverão trabalhar com os fundos soberanos e os parceiros de desenvolvimento a fim de aproveitar esta oportunidade.

Financiamento proveniente das remessas dos emigrantes. Em 2014, as remessas de fundos efetuadas pelos emigrantes africanos representavam cerca de 61.8 mil milhões de USD (ver Capítulo 2). As medidas políticas podem encorajar as famílias beneficiárias a fazer poupanças de uma maior parte destas receitas no setor financeiro formal ou a investir em capital produtivo (OCDE, 2014d). As remessas dos emigrantes podem servir para converter os empréstimos externos soberanos em títulos e para melhorar a notação dos países (Ketkar e Ratha, 2001). As remessas dos emigrantes têm duas finalidades possíveis: atividades não produtivas ou investimentos produtivos (Paulais, 2012). Inquéritos feitos a famílias de cinco países africanos revelam que as crescentes remessas dos emigrantes são usadas para comprar equipamento agrícola, construir habitações, criar empresas, adquirir terrenos e melhorar as explorações (Plaza e Ratha, 2011).

Emissões obrigacionistas da diáspora. Segundo as estimativas, as poupanças dos emigrantes da África subsariana perfazem cerca de 28 mil milhões de USD por ano (Ratha, Mohapatra e Plaza, 2008). Atualmente, a maior parte destes fundos está investido fora de África, porém, se obrigações específicas para estes investidores fossem estabelecidas, os estados poderiam captar uma parte destas poupanças (Paulais, 2012: 183). A Etiópia foi o primeiro país a ter emitido obrigações de tal natureza, mas Cabo Verde, o Gana e o Quênia tencionam fazer o mesmo (BAD, 2013). As estimativas indicam que a emissão de obrigações da diáspora poderia possibilitar à África subsariana angariar 5 a 10 mil milhões de USD por ano (Mohapatra, Ratha e Silval, 2011).

O financiamento dos governos locais permanece um desafio crucial para o desenvolvimento territorial

O desenvolvimento territorial tem de se apoiar em sistemas fiscais sólidos e numa governação transparente para o financiamento das economias locais e das infraestruturas necessárias. É indispensável reforçar a legitimidade fiscal dos governos locais para melhorar a sua capacidade orçamental: os contribuintes vão mais facilmente submeter-se ao pagamento de impostos e novas formas de tributação se considerarem que os impostos são legítimos (BAD/OCDE/ECA, 2010)⁷. Os governos locais dispõem de três meios para angariar fundos: transferências orçamentais regionais, impostos locais e os instrumentos da dívida.

Transferências orçamentais do governo central para as comunidades locais territoriais

As transferências orçamentais a favor das comunidades locais permitem, muitas vezes, um desenvolvimento territorial mais equilibrado. Em 22 países africanos, 10 usam as transferências como uma das principais ferramentas da sua estratégia territorial (inquérito aos especialistas dos países do PEA, 2015). As transferências de governos centrais servem de instrumentos de equalização orçamentais para completar os orçamentos das instituições subnacionais, sobretudo em regiões com rendimentos fracos. A Etiópia, por exemplo, conseguiu repartir os recursos centrais pelas suas regiões mais pobres (Khan et al., 2014: 41). Na África do Sul, o mecanismo de partilha equitativa



(*Equitable Share*) contribui para a redistribuição dos recursos por todas as regiões a fim de reduzir as desigualdades.

Para serem eficazes, as transferências devem ser transparentes e previsíveis. Podem servir de mecanismos de garantia para atenuar a volatilidade dos recursos dos governos locais: menos generosas quando as receitas fiscais são elevadas e mais abundantes quando são fracas. No Uganda, as transferências incondicionais são estabelecidas pelo montante do ano precedente corrigido pela inflação, dando conta do custo das novas responsabilidades transferidas para os governos locais e da evolução do custo das competências existentes (Yatta, 2015: 12).

Pelo contrário, os atrasos nas transferências e a incerteza prejudicam a capacidade de planificação dos governos locais. A África do Sul e o Burkina Faso ilustram esta situação (Yatta, 2015: 16; Koelbe e Siddle, 2012: 149). Em 41 países, 24% dos especialistas dos países inquiridos encaram as transferências como uma oportunidade para o desenvolvimento territorial, mas 32% estimam que estas constituem uma ameaça (inquirido aos especialistas dos países do PEA, 2015). Em 38 países africanos, as transferências são consideradas inexistentes, aleatórias ou irregulares (CGLU África, 2013). A inadaptação da capacidade contributiva é uma explicação: na maioria dos países africanos, a taxa fiscal global aplicada pelo Estado situa-se em média nos 8%, contra 40-50% nos países da OCDE e 25% nos países da América Latina (Yatta, 2006: 229).

Além disso, as transferências alocadas a atividades específicas nem sempre respondem às necessidades locais (Cabral, 2011; Koelbe e Siddle, 2012: 185). Tais dotações podem igualmente incitar as comunidades locais a gastar mais e reduzir o seu esforço fiscal, minando assim a sua legitimidade orçamentária (OCDE, 2009c). Essas, portanto, arriscam-se a acentuar os défices e a aumentar a dívida em diferentes níveis da administração pública.

Os poderes públicos podem instaurar mecanismos para limitar os efeitos adversos destas transferências, tais como a falta de transparência ou de eficácia. A África do Sul, os Camarões e o Senegal avaliam regularmente o custo das transferências de competências para as comunidades locais. Na Namíbia, uma avaliação do desempenho dos poderes locais revelou que o custo dos serviços públicos é menor se estes forem garantidos localmente (Yatta, 2015: 7; 13). A Tanzânia e o Uganda instauraram sistemas de dotações com base no desempenho (Elroy Africa, 2012: 20). Consequentemente, as comunidades locais deveriam definir com clareza os seus objetivos de despesas *ex ante*, sendo depois avaliados *ex post* no que concerne os mesmos objetivos.

Caixa 8.8. Levar o financiamento à escala local

A adoção de uma abordagem local do desenvolvimento precisa de colmatar as lacunas dos sistemas locais, especialmente em matéria de financiamento. Apesar da descentralização fiscal ser importante, não é suficiente para resolver a falta de financiamento à escala local:

- Os recursos nacionais são frequentemente demasiado fracos para cobrir as necessidades no terreno.
- Os fundos recebidos dos doadores não constituem uma fonte de financiamento perene.
- As autoridades locais não dispõem das capacidades legais e técnicas suficientes para mobilizar os seus próprios fundos.

Por conseguinte, o desenvolvimento económico local impõe a criação de uma estratégia de financiamento que envolva o setor privado e o setor financeiro interno.



Caixa 8.8. Levar o financiamento à escala local (cont.)

A mobilização dos recursos locais pode igualmente incrementar as fontes de financiamento disponíveis para o desenvolvimento local. Os métodos de financiamento inovadores podem reduzir os riscos a nível local e atrair outros recursos. Apoiando-se na descentralização fiscal e mobilizando as suas próprias receitas, as autoridades locais podem disponibilizar mais bens e serviços públicos, tais como pontes, estradas, centros de saúde e escolas. As parcerias público-privadas podem contribuir para dar resposta às necessidades de investimento, sobretudo as que têm a capacidade de gerar receitas, como os sistemas de irrigação, as instalações de armazenamento alimentar e os mercados. As agências internacionais podem trazer financiamentos suplementares e competências técnicas para desenvolver instrumentos de financiamento inovadores a nível local.

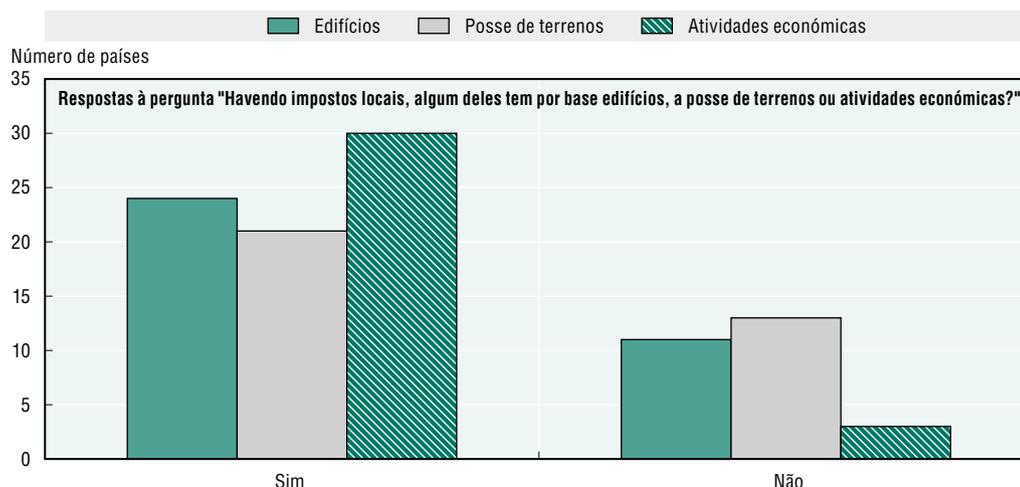
Fonte: UNCDF.

A tributação local

O reforço das capacidades fiscais locais é um imperativo para todos os países africanos. Na maioria deles, os recursos locais mobilizados são bastante inferiores aos das outras regiões do mundo (BAD/OCDE/ECA, 2010). Pelo menos cinco países do continente não cobram nenhum imposto local (inquérito aos especialistas dos países do PEA, 2015). Segundo as estimativas, a coleta de impostos locais representa cerca de 1% da receita nacional dos países africanos e concentra-se fortemente nas grandes áreas urbanas (BAD/OCDE/ECA, 2010 : 114). A instauração de impostos sobre o património poderia aumentar os recursos locais e, assim, introduzir um sistema tributário mais progressivo sem sobrecarregar o emprego nos setores informal e formal.

Em muitos casos, as comunidades locais não usam o imposto sobre o património de forma eficiente. De um modo geral, este tipo de imposto contribui mais para as receitas das comunidades locais nos países africanos anglófonos do que nos francófonos (Yatta, 2006: 231). Mas as disparidades são significativas: o Burkina Faso não cobra nenhum imposto sobre o património; na Côte d'Ivoire, estes representam quase um terço das receitas dos governos subnacionais; no Mali, estas receitas vão diretamente para a administração central. Muitos países não cobram impostos locais sobre os edifícios e os terrenos, nem sequer sobre as atividades económicas (Figura 8.4).

Figura 8.4. Impostos locais sobre as atividades económicas e a propriedade em África



Fonte: Inquérito aos especialistas dos países do PEA, 2015.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228680>



Para reforçar os respetivos orçamentos, os governos subnacionais podem mobilizar melhor os impostos sobre a propriedade. O crescimento da população urbana, que deverá ultrapassar os 700 milhões até 2030, será um auxílio nesta tarefa (UNDESA, 2014; ver Capítulo 6). Contrariamente à tributação das atividades económicas, como o imposto sobre o rendimento ou as licenças, os impostos sobre o património são mais estáveis, mais difíceis de contornar e menos expostos aos ciclos conjunturais (OCDE, 2009c: 19). Além disso, podem financiar os serviços públicos locais nos territórios onde são coletados (Yatta, 2006: 246). Embora sejam difíceis de aplicar no plano político, os impostos sobre o património representam uma potencial fonte de receitas valiosa para os governos locais (OCDE, 2009c). Na África do Sul e em Cabo Verde, a descentralização da sua coleta foi um sucesso (BAD/OCDE/ECA, 2010: 118). Estes impostos podem ser importantes para os países em que o emprego informal é generalizado e a evasão fiscal é elevada (Durand-Lasserve, 1994: 15). Estes países têm, portanto, de cuidar especialmente do melhoramento dos registos e dos títulos de propriedade (Épargne Sans Frontière, 2010).

Para estabelecer um sistema de tributação justo e eficaz, é essencial entender bem a dimensão e a importância do setor informal. Este representa em 12 cidades do litoral e do Sahel, na África Ocidental, de 40 a 80% do PIB e 70 a 90% dos postos de trabalho locais, contribuindo mais para as receitas públicas locais do que para o setor formal (Yatta, 2006: 173, 175, 248; Chen et al., 2005). Todavia, os custos da coleta de impostos são geralmente elevados, enquanto as receitas fiscais são limitadas (Joshi, Prichard e Heady, 2012: 9). Cada administração fiscal deve, por isso, analisar cuidadosamente a relação custo-benefício para perceber até onde pode ir para regularizar as empresas informais (BAD/OCDE/ECA, 2010). Existem vários métodos de tributação para o setor informal, nomeadamente os impostos indiretos, como os impostos de valor acrescentado, a retenção do imposto na fonte, direitos de importação e exportação e a tributação fixa (OCDE, 2010: 97, Joshi, Prichard e Heady, 2012: 12). A estrutura tributária a adotar depende do contexto e pode variar de um país ou território para outro.

Instrumentos de dívida local: uma solução limitada

Tendo uma melhor base fiscal, as comunidades locais podem aceder aos mercados financeiros, contanto que respeitem as diretivas nacionais em matéria de estabilidade económica. Em Cabo Verde, o grosso das receitas geradas localmente provém dos impostos sobre o património, enquanto as transferências da administração fiscal representam em média 28% do orçamento dos governos locais. Além disso, as administrações locais têm a opção de pedir empréstimos aos bancos comerciais. O empréstimo é, porém, limitado para evitar o sobre-endividamento. A duração dos créditos está restrita a cinco anos e as taxas de juro são relativamente dispendiosas (13-14%). Para reduzir os riscos, o governo central tem de validar cada empréstimo. O orçamento médio dos governos locais de Cabo Verde é relativamente elevado: em 2007, representava 276 euros por habitante, em contraste com 7 euros no Senegal (Paulais, 2012: 321).

Na Nigéria, os estados federais podem pedir empréstimos nos mercados financeiros nacionais desde que o Estado central autorize. O estado de Lagos gera 60% dos seus próprios recursos (Paulais, 2012: 351). Graças à emissão de obrigações e às parcerias público-privadas, Lagos conseguiu, desde 2008, mobilizar recursos suplementares e melhorar as infraestruturas locais.

No entanto as comunidades locais que se baseiam em perspectivas de crescimento forte podem tornar o modelo de obrigações menos útil noutros territórios. Se por um lado Joanesburgo pôde aceder aos mercados financeiros através da emissão de obrigações, por outro o banco de desenvolvimento da África Austral (*Development Bank of Southern Africa*), um dos principais parceiros dos governos locais, passa por dificuldades para



financiar as cidades mais pequenas devido ao elevado risco de incumprimento. Na Tunísia, instituições financeiras especializadas levaram os governos locais ao sobreendividamento (Cidades e Governos Locais Unidos, 2010: 53f).

Caixa 8.9. Políticas territoriais e ajuda internacional

A integração da dimensão espacial na cooperação para o desenvolvimento pode aumentar a eficácia da ajuda, reforçando as capacidades locais, reduzindo as distorções setoriais, respondendo melhor às necessidades locais e melhorando a coordenação na forma como a ajuda é prestada.

Os doadores desempenham um papel essencial no reforço das capacidades locais dos países pobres, contudo devem evitar a exclusão dos recursos locais. Em certos casos, esses podem financiar até 90% do processo de descentralização (Demante e Tyminsky, 2008). No Mali, o orçamento para 2009 da comunidade rural de Diema foi 68% financiado pelos doadores, 25% pelos recursos próprios e 7% pelas transferências do governo central (Épargne Sans Frontière, 2010). A participação das instituições financeiras regionais e o reforço das capacidades locais com vista ao aumento dos recursos podem contribuir para a diversificação das receitas públicas locais.

Visto que trabalham mais frequentemente com os governos centrais e os ministérios setoriais, os doadores, por vezes, negligenciam as necessidades reais das populações locais (Yatta, 2009). No Uganda, um país descentralizado, os poderes de vários ministérios setoriais foram involuntariamente reforçados em detrimento do ministério dos governos locais e das próprias comunidades locais (Smoke e Winters, 2011).

Os esforços dos doadores no sentido de melhorar a coordenação da ajuda são necessários para o reforço da eficácia da cooperação descentralizada. Por exemplo, certos doadores bilaterais delegam o poder de decisão aos níveis locais, enquanto as instituições de crédito multilaterais colaboram com os ministérios das Finanças para controlar os fluxos financeiros das administrações centrais para os governos locais (Dickovick, 2013: 8).



Notas

1. Lumwana, na Zâmbia, constitui um exemplo de localidade rural que foi transformada em cidade moderna na sequência do arranque da exploração de uma nova mina de cobre, que criou mais de 4 000 postos de trabalho na própria mina e outros 8 000 nas atividades conexas (Nota de País PEA).
2. Existem inúmeros outros êxitos: por exemplo, no Japão, o programa “One Village One Product” (Uma cidade, um produto) promoveu mais de 300 especialidades locais, representando um volume total de negócios superior a 1,3 mil milhões de USD em 2001 (ONUDI, 2008, p. 9). Lançado em 1979, este programa baseou-se numa abordagem participativa que envolvia a população local para ativar recursos que, caso contrário, não teriam sido aproveitados.
3. Os gabinetes estatísticos regionais e locais são muitas vezes solicitados para que comuniquem dados sem receber retorno de informações ou sem conhecer as atividades dos seus homólogos noutras regiões. Certas estatísticas são recolhidas por vários organismos não coordenados. Por exemplo, na República Democrática do Congo, além do gabinete de estatística nacional, cinco outros gabinetes recolhem estatísticas relativas ao comércio, cada um para uma categoria de produtos que difere ligeiramente de um organismo para outro. Os utilizadores têm dificuldade em situar-se devido a discrepâncias nos valores apresentados pelos diferentes organismos (Pole Institute, 2007).
4. As ferramentas de visualização das estatísticas podem ajudar as partes interessadas não especializadas a fazer uso dos dados e ajudar também as novas tecnologias a facilitar a troca de informações entre os países a menor custo (inquérito aos especialistas dos países do PEA, 2015).
5. Do mesmo modo, um registo das parcelas agrícolas acompanhado por fotografias aéreas e por fotografias com GPS diferencial pode permitir medir com precisão as áreas cultivadas. Todavia, os projetos-piloto realizados na América Central revelaram-se dispendiosos e deram lugar a suspeitas de corrupção (Ostrom, 2001). Além disso, as complexidades orçamentais e administrativas destes projetos arriscam-se a ser incompatíveis com os sistemas fundiários legais e tradicionais articulados que existem em África. Por fim, a cartografia do uso dos terrenos por meio de teledeteção não permitiu diferenciar culturas e espaços naturais para fins oficiais (Jaffrain, 2013).
6. Este índice baseia-se num conjunto de indicadores que dão conta, nomeadamente, do superpovoamento crítico das habitações, das habitações sem condições adequadas, das famílias economicamente muito dependentes e das famílias com crianças em idade escolar que não frequentam a escola (DANE, 2011).
7. Por exemplo, o cumprimento das obrigações fiscais aumentou no Malawi quando o fisco começou a enviar às empresas declarações fiscais, em 2004. Os bancos locais usaram, então, essas declarações de modo unilateral para avaliar a solvência das empresas. Resultado: as receitas internas aumentaram, passando de 9% do PIB em 1998 para 14.7% em 2005 (BAD/OCDE/ECA, 2010).



Bibliografia

- AFD/CIRAD (2014), 2014, *Année de l'agriculture familiale : l'AFD présente 9 grands produits d'Afrique et d'Asie du Sud-Est et se mobilise en faveur de l'agriculture familiale*, Agence française de développement, Paris, www.afd.fr/webdav/site/afd/shared/PRESSE/Evenements/2014%20annee%20de%20l'agriculture/DP%20AFD%20salon%20agri%20-%20maj%2019%2002%202014.pdf.
- Agossou, N. et al. (2010), "Aménagement du territoire, décentralisation et développement local au Bénin", in *Systèmes spatiaux et structures régionales en Afrique*, Karthala, Paris.
- Ali, M. e J. Peerlings (2012), "Farm households and nonfarm activities in Ethiopia: Does clustering influence entry and exit?", *Agricultural Economics*, vol. 43/3, pp. 253-266.
- Alvergne, C. (2008), *Le défi des territoires : comment dépasser les disparités spatiales en Afrique de l'Ouest et du Centre*, Karthala, Paris.
- Arenas, E. et al. (2015), *Do Conditional Cash Transfer Programs Affect Adolescent Fertility? Long Term Impacts of a Mexican Cash Transfer Program*, Population Association of America, reunião anual 2015, <http://paa2015.princeton.edu/uploads/153242>.
- Ashraf, Q. H., D. N. Weil e J. Wilde. (2013), "The effect of fertility reduction on economic growth", *Population and Development Review*, vol. 39/1, pp. 97-130.
- Assembleia Nacional Popular da China (2011), *12th Five-Year Plan for National Socioeconomic Development*, Assembleia Nacional Popular, Pequim.
- BAD (2013), *Les émissions obligataires de la diaspora en contexte africain*, www.afdb.org/fr/news-and-events/article/diaspora-bonds-in-an-african-context-10289/ (consultado a 26 de março de 2015).
- BAD et al. (2013), *Perspectivas económicas em África 2013: Transformação estrutural e recursos naturais*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264200562-pt.
- BAD et al. (2012), *Perspectivas Económicas em África 2012: Promover o emprego jovem*, Publicações OCDE, Paris www.dx.doi.org/10.1787/9789264177673-pt.
- BAD/OCDE (2008), *Perspectives économiques en Afrique 2007/2008*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/aeo-2008-fr.
- BAD/OCDE/CEA (2010), *Perspectives Económicas em África 2010*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264086982-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2014), *Perspectivas Económicas em África 2014: As cadeias de valor globais e a industrialização africana*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264213005-pt.
- Banco Mundial (2015), *World Development Indicators* (base de dados), <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> (consultado a 1 de abril de 2015).
- Banco Mundial (1997), *China 2020: Development Challenges in the New Century*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (1989), *From Crisis to Sustainable Growth Sub Saharan Africa: A Long-term Perspective Study*, vol. 1, Washington, DC, <http://go.worldbank.org/G5W0F8Y7V0>.
- Barrett, C., T. Reardon e P. Webb (2001), "Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: Concepts, dynamics, and policy implications", *Food Policy*, vol. 26/4, Elsevier, pp. 315-331.
- Basu, A. M. (2002), "Why does education lead to lower fertility? A critical review of some of the possibilities", *World Development*, vol. 30/10, Elsevier.
- Beck, T. e A. Demirgüç-Kunt (2009), "Access to finance: an unfinished agenda", *World Bank Economic Review*, vol. 22/3, pp. 383-396, www.dx.doi.org/10.1093/wber/lhn021.
- Bloom, D. E. (2007), "Program on the global demography of aging", *PDGA Working Paper*, n° 23, Harvard Institute for Global Health, Boston, www.hsph.harvard.edu/program-on-the-global-demography-of-aging/WorkingPapers/2007/pgda_wp23_2007.pdf.
- Bloom, D. E. e J. G. Williamson (1998), "Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia", *The World Bank Economic Review*, vol. 12/3, Banco Mundial, Washington, DC, pp. 419-455.
- Bloom, D. E. et al. (2003), *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*, RAND Publishing, Santa Monica, www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2007/MR1274.pdf.
- Bräutigam, D. e X. Tang (2014), "Going global in groups: Structural transformation and China's special economic zones overseas", *World Development*, vol. 63, pp. 78-91, www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X13002222.
- Cabral, L. (2011), "Decentralization in Africa: Scope, motivations and impact on service delivery and poverty", *Future Agricultures Working Papers*, n° 020, Future Agricultures, Brighton.
- Cali, M. e C. Menon (2013), "Does urbanization affect rural poverty? Evidence from Indian districts", *Policy Research Working Paper*, n° 6338, Banco Mundial, Washington, DC, <http://wds.worldbank.org/>



- [external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2013/01/24/000158349_20130124111510/Rendered/PDF/wps6338.pdf](#).
- Camargo, E. et al. (2008), “O programa Luz Para Todos: metas e resultados”, *Espaço Energia*, vol. 9, Companhia Paraense de Energia, www.espacoenergia.com.br/edicoes/9/EE009-04.pdf.
- Campagne, P. e B. Pecqueur (2014), *Le développement territorial : une réponse émergente à la mondialisation*, Charles Léopold Mayer, Paris.
- CGLU África (2013), *L’environnement institutionnel des collectivités locales en Afrique*, The Cities Alliance.
- Cidades e Governos Locais Unidos (2010), *Local Government Finance – The Challenges of the 21st Century: Second Global Report on Decentralization and Local Democracy (GOLD II)*, Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona, www.cities-localgovernments.org/gold/Upload/gold_report_2/2010%20EXECUTIVE%20SUMMARY%20baixa.pdf.
- Chen, M. et al. (2005), *The Progress of the World’s Women 2005: Women, Work and Poverty*, Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, Nova Iorque, www.un-ngls.org/orf/women-2005.pdf.
- Choukhmane, T., N. Coeurdacier e J. Keyu (2013), “The one-child policy and household savings”, *Centre of Economic Policy Research Discussion Papers*, n° 9688, Centre of Economic Policy Research, http://econ.sciences-po.fr/sites/default/files/file/ocp_200713.pdf.
- Christiaensen, L. e J. De Weerd (2013), “Urbanization and poverty reduction: the role of rural diversification and secondary towns”, *Policy Research Working Paper*, n° 6422, Banco Mundial, Washington, DC, <http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-6422>.
- Cilliers, J., B. Hughes e J. Moyer (2011), *African Futures 2050*, Institute for Security Studies and Pardee Center for International Futures, Pretória.
- Coale, J. e E. Hoover (1958), *Population Growth and Economic Development in Low Income Countries*, Princeton University Press, Princeton.
- Crook, R. (2003), “Decentralisation and poverty reduction in Africa: the politics of local-central relations”, *Public Administration and Development*, vol. 23/1, pp. 77-88.
- Cuaresma, J. C., W. Lutz e W. Sanderson (2014), “Is the demographic dividend an education dividend?”, *Demography*, vol. 51/1, Springlink, pp. 299-315, www.dx.doi.org/10.1007/s13524-013-0245-x.
- De Brauw, A et al. (2013), “The impact of Bolsa Familia on women’s decision-making power”, *World Development*, vol. 59, pp. 487-504, 2014, www.dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.02.003.
- Demante M. e I. Tyminsky (2008), *Décentralisation et gouvernance locale en Afrique : des processus, des expériences*, Institut de recherches et d’applications des méthodes de développement, Paris.
- Demombynes, G. e J. Sandefur (2014), “Costing a data revolution”, *Center for Global Development Working Paper*, n° 383, www.cgdev.org/sites/default/files/demombynes-sandefur-costing-data-revolution_1.pdf.
- Dickovick, J. T. (2013), “Foreign aid and decentralization: Policies for autonomy and programming for responsiveness”, *WIDER Working Paper*, n° 2013/044, Université des Nations Unies – Institut mondial de recherche sur les aspects économiques du développement, Helsínquia.
- Diniz, C. C. (2009), “Celsofurtado e o desenvolvimento regional”, *Nova Economia*, vol. 19/2, Belo Horizonte, pp. 227-249.
- Diop, A. (2010), “Les nouveaux enjeux de l’aménagement du territoire : à la recherche de territoires pertinents de développement”, in *Systèmes spatiaux et structures régionales en Afrique*, Karthala, Paris.
- Dorosh, P. et al. (2012), “Road connectivity, population and crop production in sub Saharan Africa”, *Agricultural Economics*, vol. 43/1, International Association of Agricultural Economics, Washington, DC, pp. 89-103.
- Durand-Lasserve, A. (1994), *Conditions de mise en place des systèmes d’information foncière dans les villes d’Afrique subsaharienne francophone*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Elroy Africa (2012), “Development of the Africa local governance timeline: Decentralization study post 1980”, *Support Programme to the Political Shaping of Decentralization in Africa*, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit.
- Épargne sans frontière (2010), “Décentralisation et financement des collectivités locales en subsaharienne : le cas de l’Afrique de l’Ouest”, *Techniques financières et développement (TDF)* 100, Épargne sans frontière, Paris.
- fDi Markets (2014), fDi Markets (base de dados), www.fdimarkets.com (consultado a 17 de março de 2015).
- Fukunishi, T. e H. A. Ramiarison (2012), “Madagascar’s garment industry: Success of Africa’s garment exports?”, in *Dynamics of the Garment Industry in Low-Income Countries: Experience of Asia and Africa (Interim Report)*, Institute of Developing Economies: Japan External Trade Organization, www.ide.go.jp/English/Publish/Download/Report/2011/pdf/410_ch7.pdf.



- Fundação João Pinheiro/ IPEA/ PNUD (2013), *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, www.atlasbrasil.org.br/2013/ (consultado a 7 de abril de 2015).
- Garcilazo, J. E., J. O. Martins e W. Tompson (2010), “Why policies may need to be place-based in order to be people-centred”, VoxEU, www.voxeu.org/article/why-policies-may-need-be-place-based-order-be-people-centred (consultado a 3 de fevereiro de 2015).
- Gardner, R. e S. Reynolds (2012), *Brazil’s Bolsa Familia: Can a Conditional Cash Transfer Reduce Teen Fertility?*, Universidade da Califórnia, Berkley <http://paa2012.princeton.edu/papers/121121>.
- Giordano, T. (2014), “Multi-level integrated planning and greening of public infrastructure in South Africa”, *Planning Theory and Practice*, vol. 15/4, pp. 480-504.
- Gulemetova-Swan, M. (2009), *Evaluating the Impact of Conditional Cash Transfer Programs on Adolescent Decisions about Marriage and Fertility: The case of Oportunidades*, thèses disponibles sur ProQuest, Article AAI3363363. <http://repository.upenn.edu/dissertations/AAI3363363>.
- Haggblade, S., P.B.R. Hazell, e T. Reardon (2009), “Transforming the rural nonfarm economy: opportunities and threats in the developing world”, *Issue briefs*, n° 58, *International Food Policy Research Institute (IFPRI)*, Washington, DC.
- Hanushek E.A. e L. Woessmann (2012), “Do better schools lead to more growth? Cognitive skills, economic outcomes and causation”, *Journal of Economic Growth*, Springer, vol. 17/4, pp. 267-321.
- Henderson, J. V., A. Storeygard e D. N. Weil (2012), “Measuring economic growth from outer space”, *American Economic Review*, n°102/2, pp. 994-1028.
- Huang, N., M. Joie e K. Sullivan (2010), “Economic development policies for central and western China”, *China Business Review*, www.chinabusinessreview.com/economic-development-policies-for-central-and-western-china/.
- Hurst, G. (2014), “The world’s largest sovereign wealth funds go private”, *Institutional Investor*, www.institutionalinvestor.com/article/3382248/investors-sovereign-wealth-funds/the-worlds-largest-sovereign-wealth-funds-go-private.html#.VRRtN_nF98G (consultado a 26 de março de 2015).
- FMI (2012), *Régimes fiscaux des industries extractives: conception et application*, Departamento das Finanças Públicas, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://www.imf.org/external/french/np/pp/2012/081512f.pdf>.
- Imbernon J., B. Kabore e S. Dupuy (no prelo), “Les surfaces cultivées en Afrique de l’Ouest vues à très haute résolution: apport d’une cartographie du parcellaire cultivé”, *Mappemonde*, Toulouse.
- Jaffrain G. (2013), “Analyse diachronique et comptes du patrimoine naturel et agricole du Burkina Faso”, *IGN France International*, Paris, http://aoa.pbe.eea.europa.eu/virtual-library-viewer/answer_5147243483.
- Joshi, A., W. Prichard e C. Heady (2012), “Taxing the informal economy: Challenges, possibilities and remaining questions”, *ICTD Working Paper*, n° 4, *Institute of Development Studies*, Brighton.
- Keen, M. e M. Mansour (2009), “Revenue mobilization in sub-Saharan Africa: Challenges from globalization”, *Documento de trabalho do FMI*, n° 09/157, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ketkar, S. e D. Ratha (2001), “Securitization of future flow receivables: A useful tool for developing countries”, *Finance and Development*, vol. 38/1, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2001/03/index.htm.
- Khan, Q. M. et al. (2014), *Improving Basic Services for the Bottom forty percent: Lessons from Ethiopia*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/fr/2014/09/20184149/improving-basic-services-bottom-forty-percent-lessons-ethiopia>
- Kim, G. (2010), “Education policies and reform in South Korea”, *Human Development Network*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.196.5601&rep=rep1&type=pdf>.
- Kiregyera, B. (2013), “The dawning of a statistical renaissance in Africa”, *Conference on African Economic Development: Measuring Success and Failure*, Université Simon Fraser, Vancouver, www.mortenierven.com/wp-content/uploads/2013/04/AED_Panel_8-Kiregyera.pdf.
- Koelbe, T. A. e A. Siddle (2012), *The failure of decentralisation in South African local government: Complexity and unanticipated consequences*, UCT Press South Africa, Le Cap.
- Lensink, R. e O. Morrissey (2006), “Foreign direct investment: Flows, volatility and growth in developing countries”, *Review of International Economics*, vol. 14/3, pp. 478-493.
- Lévy, J., M. Gaborit e S. Rotteleur (2008), “Chine, Afrique, Union européenne. Diplomatie de proximité: une porte étroite pour la coopération décentralisée franco-africaine”, *Document de travail*, Direction générale de la Coopération internationale et du Développement, Paris.



- Lundsgaarde, E. (ed.) (2011), *Africa towards 2030: Challenges for Development Policy*, Palgrave Macmillan.
- Lutz, W., W. O. Butz e S. KC (2014), *World Population and Human Capital in the Twenty-first Century*, International Institute for Applied Systems Analysis, Laxenburg.
- Lutz, W. e S. KC (2013), “Demography and human development: Education and population projects”, *rapport occasionnel*, nº 2013/04, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.hdr.undp.org/sites/default/files/hdro_1304_lutz_kc.pdf.
- Matus, C. (1993), *Política, Planejamento e governo*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília.
- McKenzie, D. J. e C. Woodruff (2008), “Experimental evidence on returns to capital and access to finance in Mexico”, *The World Bank Economic Review*, vol. 22/3, pp. 457-482.
- Minten, B., D. Stifel e S. Tamru (2012), “Structural transformation in Ethiopia: Evidence from cereal markets”, *ESPP II Working Papers*, nº 39, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Mohapatra, S., D. Ratha e A. Silval (2011), “Outlook for remittance flows 2011-13”, *Migration and Development Brief*, nº 16, Banco Mundial, Washington, DC.
- Muller, B. e C. Muller (2014), “The economics of the Brazilian model of agricultural development”, *Working Paper*, nº 1, International Research Initiative on Brazil and Africa, Manchester e Oxford. www.brazil4africa.org/publications/.
- Mveyange, A. (2015), “Night lights and regional income inequality in Africa”, Banco Mundial, www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Feature%20Story/Africa/afr-anthony-mveyange.pdf.
- OCDE (2014a), *OECD Regional Outlook 2014: Regions and Cities: Where Policies and People Meet*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/oecd-regional-outlook-2014_9789264201415-en.
- OCDE (2014b), *OECD Territorial Reviews: Colombia 2014*, Publicações OCDE, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264224551-en>.
- OCDE (2014c), *Igualdade mulher/homem, instituições e desenvolvimento (base de dados)*, <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=GIDDB2014> (consultado a 30 de março de 2015).
- OCDE (2014d), *Coopération pour le développement : rapport 2014: Mobiliser les ressources au service du développement durable*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/dcr-2014-fr.
- OCDE (2013a), “Measuring regional economies in OECD countries”, in *OECD Regions at a Glance 2013*, Publicações OCDE, http://dx.doi.org/10.1787/reg_glance-2013-5-en.
- OCDE (2013b), *Peuplement, marché et sécurité alimentaire: Cahiers de l’Afrique de l’Ouest*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264187412-fr.
- OCDE (2010), *Perspectives du développement mondial 2010 : Le basculement de la richesse*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264084742-fr.
- OCDE (2009a), *Reprise économique, innovation et croissance durable : Le rôle crucial des régions*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264076549-fr.
- OCDE (2009b), “How regions grow”, *Policy Brief*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/regional/searf2009/42576934.pdf.
- OCDE (2009c), “Taxes and grants: on the revenue mix of sub-central governments”, *OECD Working Papers on Fiscal Federalism*, nº 7, Publicações OCDE. www.dx.doi.org/10.1787/5k97b11972bn-en.
- OCDE (2006), *Villes, compétitivité et mondialisation*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264027114-fr.
- OCDE/CAF/ECLAC (2014), *Latin American Economic Outlook 2015: Education, Skills and Innovation for Development*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/leo-2015-en.
- OCDE/SWAC (1999), *Préparer l’avenir de l’Afrique de l’Ouest – Une vision à l’horizon 2020*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264263727-fr.
- ONU (2014), “Rapport du Groupe de travail ouvert de l’Assemblée générale sur les objectifs de développement durable”, *Rapports du Groupe de travail*, nº A/68/970, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/503/68/PDF/N1450368.pdf?OpenElement>.
- ONUDI (2008), “The One-Village-One-Product (OVOP) movement: what it is, how it has been replicated, and recommendations for a UNIDO OVOP-type project”, *Working Paper*, nº 03/2008, Serviço da Investigação e dos estudos Estatísticos da ONUDI.
- ONU-Habitat (2014), *The State of African Cities 2014: Re-Imagining Sustainable Urban Transitions*, Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos, Nairobi.
- Orozco, M. (2008), “Are trends in money transfers to Latin America shifting downward?”, *FOCAL Point Spotlight on the Americas*, vol.7/8.



- Ostrom E. (2001), "The puzzle of counterproductive property rights reforms: A conceptual analysis", in *Access to Land, Rural Poverty and Public Action*, Oxford University Press, Oxford.
- Owusu, V., A. Abdulai e S. Abdul-Rahman (2011), "Non-farm work and food security among farm households in Northern Ghana", *Food Policy*, 36/2, Elsevier, pp. 108-118.
- PARIS21 (2015), "The peopling of Africa: a blind spot in development policymaking", *DEV Talks Series*, Paris.
- PARIS21 (2014), *National Strategies for the Development of Statistics Progress Report: NSDS summary table for IDA and lower middle income countries*, Paris, www.paris21.org/sites/default/files/NSDS-status-Mar2014.pdf.
- Paulais, T. (2012), *Financer les villes d'Afrique: l'enjeu de l'investissement local*, Banco Mundial e BAD, Washington, DC e Paris.
- Plaza, D. e D. Ratha (2011), *Diaspora for Development in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, siteresources.worldbank.org/EXTDECPROSPPECTS/Resources/476882-1157133580628/DfD_FullReport.pdf.
- Pole Institute (2007), *Rules for Sale: Formal and informal cross-border trade in Eastern DRC*, Pole Institute, Goma.
- PNUD e African Futures Institute (1998), *What Possible Futures for Sub-Saharan Africa*, Unisa Press.
- Rakotoarisoa, M. A., M. Lafrate e M. Paschali (2011), *Why has Africa become a net food importer: Explaining Africa agricultural and food trade deficits*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma.
- Ranis, G. e F. Stewart (1999), "V-goods and the role of the urban informal sector in development", *Economic Development and Cultural Change*, n° 47/2, The University of Chicago Press, pp. 258-288.
- Ratha, D., S. Mohapatra e S. Plaza (2008), "Beyond aid: New sources and innovative mechanisms for financing development in sub-Saharan Africa", *Policy Research Working Paper*, n° 4709, Development Prospects Group, Banco Mundial, Washington, DC.
- Roberts, B. e R. Hohmann (2014), "The systems of secondary cities: the neglected drivers of urbanising economies", *CIVIS series for sharing knowledge and learning from cities*, n° 7, Cities Alliance, www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2014/08/06/000470435_20140806113727/Rendered/PDF/898610BRIOCIV100Box385295B00PUBLICO.pdf.
- Rodríguez-Pose, A. (2008), "Decentralization and local and regional development", *CAF Working papers*, n° 2008/04, CAF Banco de Desarrollo de América Latina, Caracas, www.caf.com/media/3897/200804Rodr%C3%ADguez-Pose.pdf.
- Satterthwaite, D. e C. Tacoli (2003), "The urban part of rural development: The role of small and intermediate urban centres in rural and regional development and poverty reduction", *Working Paper Series on Rural-Urban Interactions and Livelihood Strategies*, n° 9, International Institute for Environment and Development, Londres.
- Signorini, B. e B. Queiroz (2012), "The impact of the Bolsa Família programme on beneficiaries' fertility", *One Pager Series*, n° 138, International Policy Centre for Inclusive Growth, www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager138.pdf.
- Smoke, P. e M. S. Winters (2011), "Donor program harmonization, aid effectiveness and decentralized governance", *Local governance and Decentralisation Paper*, DeLoG, www.delog.org/cms/upload/pdf/Harmonization and Aid Effectiveness Jan 2011.pdf.
- Song, L. (2013), *Southeast Asian secondary cities: Frontiers of opportunity and challenges*, Community Innovators Lab (CoLab), Massachusetts Institute of Technology.
- Speakman, J. e M. Koivisto (2013), "Growth poles: raising competitiveness and deepening regional integration", in *The Africa Competitiveness Report 2013*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Stiglitz, J. E. (1998), "Towards a new paradigm for development: Strategies, policies and process", *Prebisch Lecture*, n° 12/1/98, Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, Genebra.
- SWAC/OCDE (2005), "One park, three countries", *Cross-Border Diaries: Bulletin on West African Local-Regional Realities*, Publicações OCDE, Paris.
- SUDENE (2015), "Contribuição da SUDENE ao desenvolvimento do Brasil", *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (sítio web)*, www.sudene.gov.br/sudene (consultado a 7 de abril de 2015).
- Turkish, E. (2011), "Sovereign wealth funds as investors in Africa: Opportunities and barriers", *Document de travail*, n° 303, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris.
- UNDESA (2014), *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision (base de dados)*, <http://esa.un.org/unpd/wup/> (consultado a 1 de março de 2015).



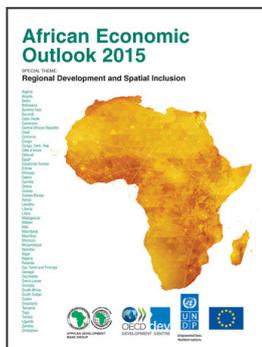
- Wittgenstein Centre for Demography and Global Human Capital (no prelo), *Wittgenstein Centre Data Explorer Version 1.2* (base de dados), www.wittgensteincentre.org/dataexplorer (consultado a 4 de março de 2015).
- Yatta, F.P. (2015), “La décentralisation en Afrique: peut-elle aider les pays africains à mieux gérer leurs inégalités spatiales et territoriales?”, *Document de réflexion du centre de développement de l’OCDE*, Publications OCDE, Paris.
- Yatta, F.P. (2009), *La décentralisation fiscale en Afrique : enjeux et perspectives*, Collection Économie et Développement, éditions Karthala, Paris.
- Yatta, F. P. (2006), *Villes et développement économique en Afrique : Une approche par les comptes économiques locaux*, Collection Villes, éditions Economica, Paris.

Para saber mais

- AFD/BM (2010), *Africa’s infrastructure: A time for transformation*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Bezu, S. e C. Barrett (2010), “Activity choice in rural non-farm employment (RNFE): Survival versus accumulative strategy”, *MPRA Paper*, n° 55034, <http://mpa.ub.uni-munich.de/55034>.
- Briceño-Garmendia, C. e V. Foster (2009a), *Democratic Republic of Congo: Prioritizing Infrastructure Investments: A Spatial Approach*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Briceño-Garmendia, C. e V. Foster (2009b), *Republic of Congo: Prioritizing Infrastructure Investments – A Spatial Approach*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Club du Sahel (1998), *Preparing for the Future: A vision of West Africa in the Year 2020*, Publications OCDE, Paris, www.oecd.org/swac/publications/38512525.pdf.
- De Vries, G., M. Timmer e K. De Vries (2013), “Structural transformation in Africa: Static gains, dynamic losses”, *GGDC Research Memorandum*, n° 136, University of Groningen, Groningen.
- Estache, A. e G. Garsous (2012), *The scope for an impact of infrastructure investments on jobs in developing countries*, IFC Economics Notes, Note 4.
- Field, S., P. Musset et J. Álvarez-Galván (2014), *A Skills beyond School Review of South Africa*, Examens de l’OCDE sur l’éducation et la formation professionnelles, Publications OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264223776-en.
- Foster, V. e C. Briceño-Garmendia (2010), *Africa’s infrastructure: A time for transformation*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Fox, L. e O. Pimhidzai (2011), “Is informality welfare-enhancing structural transformation? Evidence from Uganda”, *World Bank Policy Research Working Paper*, n° 5866, Poverty Reduction and Economic Management Unit, Africa Team, Banco Mundial, Washington, DC.
- Fox, L. et al. (2013), “Africa’s got work to do: Employment prospects in the new century”, *Documento de trabalho do FMI*, n° 13/201, Washington, DC.
- Guengant, J. P. e J. F. May (2013), “African demography”, *Global Journal of Emerging Market Economies*, n° 5/3, pp. 215-267.
- Jin, S. e K. Deininger (2009), “Key constraints for rural non-farm activity in Tanzania: combining investment climate and household surveys”, *Journal of African Economies*, vol. 18/2, pp. 319-361.
- Jordan, M. (2013), “Reforming the policy and regulatory framework for transport infrastructure in Africa”, *Consortium pour les Infrastructures en Afrique*, www.icafrica.org/fr/news-events/ica-news/article/reforming-the-policy-and-regulatory-framework-for-transport-infrastructure-in-africa-4537/ (consultado a 26 de fevereiro de 2015).
- Kratke, F. e B. Byiers (2014), “The political economy of official statistics: Implications for the data revolution in Sub-Saharan Africa”, *Discussion Paper*, n° 170, AGI, Maastricht.
- Kurokawa, K., F. Tembo e D. W. Te Velde (2010), *Challenges for the OVOP movement in Sub-Saharan Africa: Insights from Malawi, Japan and Thailand*, Overseas Development Institute.
- Liao L. (2013), “Inter-governmental reforms and county levels in China”, *11th European Conference on Agriculture and Rural Development in China*, University of Wurzburg, 11-13 abril, Sciences Po, Aix.
- Loayza, N. V. e J. Rigolini (2011), “Informal employment: Safety net or growth engine?”, *World Development*, n° 39/9, www.dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.02.003.
- Marais, L. (2014), *Outside the Core: Towards an Understanding of Intermediate Cities in South Africa*, South African Cities Network, Pretória.
- OIT (2011), *Skills and Occupational Needs in Renewable Energy*, Département des compétences et de l’employabilité, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.



- Pratap, S. e E. Quintin (2006), "Are labor markets segmented in developing countries? A semiparametric approach", *European Economic Review*, n° 50/7, Elsevier, pp. 1817-1841, www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014292105000814.
- The Economist (2013), "Ever closer: A continent mulls currencies", www.economist.com/news/finance-and-economics/21591246-continent-mulls-merging-currencies-ever-closer (consultado a 19 de janeiro de 2015).
- Torero, M. e J. Escobal (2005), "Measuring the impact of asset complementarities: The case of rural Peru", *Cuadernos de Economía*, n° 24, pp. 137-164.
- Urbinati, N. e M. Warren (2008), "The concept of representation in contemporary political theory", *Annual Review of Political Sciences*, vol. 11, pp. 287-212, www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.11.053006.190533.
- Wei, M., S. Patadia e D. Kammen (2010), "Putting renewables and energy efficiency to work: how many jobs can the clean energy industry generate in the US?", *Energy Policy*, n° 38, pp. 919-931.



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), “Rumo a políticas que favoreçam estratégias de desenvolvimento multissetoriais e de base local em África”, in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-12-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.